

The logo of the Federal Police of Brazil is a shield-shaped emblem. It features a central five-pointed star with a blue center containing a sun and stars, surrounded by green foliage. The star is set against a yellow background. A red banner at the top contains the word "POLÍCIA" in white, and another red banner at the bottom contains the word "FEDERAL" in white. The entire emblem is set within a larger, faint yellow shield shape.

**Relatório de Gestão**  
**Superintendência da Polícia Federal em Rondônia**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

## 1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

<b>Nome completo da unidade e sigla</b>	<b>Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Rondônia – SR/DPF/RO</b>	
<b>Natureza jurídica</b>	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo	
<b>Vinculação ministerial</b>	Ministério da Justiça	
<b>Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União</b>	<b>Criação:</b> Portaria nº 359 B–MJ de 29/07/1974 c/c Dec. 73332 de 19/12/1973. <b>Atribuições e competências:</b> Art. 144 da Constituição Federal; Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU nº 198, de 16/10/2006; <b>Estrutura:</b> Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16.3.2007	
<b>CNPJ</b>	00.394.494/0038-28	
<b>Nome e código no SIAFI</b>	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Rondônia – 200068	
<b>Código da UJ titular do relatório</b>	SR/DPF/RO 200068	
<b>Códigos das UJ's abrangidas</b>	Não consolida outras unidades	
<b>Endereço completo da sede</b>	Av. Lauro Sodré, 2905 – Tanques. CEP 76.803-490 Fone: (69) 3216-6200	
<b>Endereço da página institucional na internet</b>	<a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>	
<b>Situação da unidade quanto ao funcionamento</b>	Em funcionamento	
<b>Função de governo predominante</b>	Segurança Pública	
<b>Tipo de atividade</b>	Policial	
<b>Unidades gestoras utilizadas no SIAFI</b>	<b>Nome</b>	<b>Código</b>
	Primária	200068
	Tesouro	200378
	Funapol	200379



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

## 2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

### 2.1. Responsabilidades Institucionais - Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas

#### 2.1.1 Normas de atuação

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal:

“§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

*I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;*

*II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;*

*III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;*

*III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;*

*IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”*

Além da Constituição Federal as normas abaixo também norteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL);
- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);
- Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal)
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);
- Lei 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual);
- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Policia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ);
- Portaria MJ nº 1.825, de 13 de outubro de 2006. (Regimento interno DPF);
- Instrução Normativa nº 13/2005-DG/DPF (competências e atribuições das unidades do DPF) e Instrução Normativa nº 17/2008-DG/DPF.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos:

**1) Polícia Judiciária**, que tem a função precípua de apurar infrações penais e a sua autoria por meio do inquérito policial que é um procedimento administrativo com característica inquisitiva, que serve de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública (art. 129, I, da CF).

**2) Polícia Administrativa**, que tanto pode agir preventivamente, como repressivamente, atingindo bens, direitos e atividades, com objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas e instituições cause prejuízos para a coletividade.

O que efetivamente diferencia Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais enquanto a segunda se preordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Diferenciam-se, ainda, ambas as polícias, pelo fato de que o ato fundado na polícia administrativa exaure-se nele mesmo. Dada uma injunção, ou emanada uma autorização, encontram-se justificados os respectivos atos, não precisando ir buscar o seu fundamento em nenhum ato futuro.

A polícia judiciária busca seu assento em razões estranhas ao próprio ato que pratica. A perquirição de um dado acontecimento só se justifica pela intenção de futuramente submetê-lo ao Poder Judiciário. Desaparecida esta circunstância, esvazia-se igualmente a competência para a prática do ato.

#### **Atribuições de Polícia Administrativa**

Integrante do Sistema de Segurança Pública, cujo objetivo é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, em razão das disposições constitucionais e Infra-Constitucionais, elencadas mais acima, a Polícia Federal exerce outras atribuições inerentes ao Poder de Polícia da Administração Pública, que podem ser denominadas de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA** em distinção às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**.

A Polícia Administrativa tem caráter preventivo e repressivo e objetiva, não a apuração de infrações penais, mas sim, a limitação ou regulação de direitos, interesses ou liberdades, essencialmente legítimos, mas que em decorrência do Poder Discricionário e tendo por fundamento normas legais, a Administração Pública se vê compelida a disciplinar, regulamentar e fiscalizar.

Para fins de classificação das atribuições, identificadas com as atividades de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA**, é possível discriminar as seguintes espécies:

**1) Controle Migratório**: Atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro.

Fundamento Legal: Lei nº 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

**2) Controle de Armas:** A Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros.

Fundamento Legal: Lei nº 10.826/2003 (SINARM).

**3) Controle de Segurança Privada:** atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros.

Fundamento Legal: Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995.

**4) Controle de Precursores Químicos:** Atribuição exercida pela Polícia Federal, tendo por escopo principal controlar o uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de substâncias entorpecentes, sendo importante atividade para o combate ao tráfico de drogas. Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos.

Fundamento Legal: Lei nº 10.357/2001.

**5) Controle de Dignitários:** A execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP)

**6) Controle de Identificação Criminal e Civil:** A coordenação e a interligação, no país dos serviços de identificação datiloscópica, civil e criminal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

**7) Controle do Patrimônio da União:** Cabe ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbação e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta.

Fundamento Legal: Lei nº 10.683/2003 (organização da Presidência)

**8) Estatística Criminal:** A estatística judiciária criminal, a cargo do Instituto Nacional de Identificação, tem por base os boletins individuais, que são parte integrante dos processos criminais.

Fundamento Legal: Código de Processo Penal.

**9) Outros Serviços de Policiamento Atribuídos à União:** atribuição inerente ao Poder de Polícia da Administração Pública Federal.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964, art. 1º, letra “n”.

**10) Controle de Conflitos Fundiários:** Acompanhar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes.

Fundamento Legal: Decreto nº 5.834/2004 (estrutura do MJ).

**11) Representação Externa:** A cooperação, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional, representando o país na OIPC - INTERPOL;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

**12) Apoio técnico a Estados e Distrito Federal:** A prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

### **Atribuições de Polícia Judiciária**

No tocante às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**, em que exerce com exclusividade as atividades de Polícia Judiciária da União, a Constituição Federal prevê que a Polícia Federal em seu art. 144, destina-se a:

- Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas;
- Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;
- Reprimir o contrabando e o descaminho;
- Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

**1 – Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas; (lista exemplificativa)**

<b>SEQ.</b>	<b>INFRAÇÃO PENAL</b>
1	contra o patrimônio arqueológico
2	crimes na exploração de energia nuclear
3	praticado contra o meio ambiente
4	crimes falimentares
5	de representação caluniosa por improbidade administrativa
6	de responsabilidade contra o meio circulante
7	de trânsito
8	praticado com abuso de autoridade
9	praticado com abuso do poder econômico
10	praticado contra a criança e adolescente
11	praticado contra a economia popular



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
12	praticado contra a lei de parcelamento do solo urbano
13	praticado contra a ordem econômica
14	praticado contra a ordem tributária
15	praticado contra a propriedade industrial
16	praticado contra a propriedade intelectual
17	praticado contra as normas de licitações
18	praticado contra as normas de locação
19	praticado contra as relações de consumo
20	praticado contra criança e adolescente
21	praticado contra o mercado de capitais
22	praticado contra o sigilo bancário
23	praticado contra o sistema financeiro da habitação
24	praticado contra o sistema financeiro nacional
25	praticado para lavagem de dinheiro
26	praticado por organização criminosa
27	crimes previdenciários
28	de desvio de crédito e financiamento
29	de interceptação de comunicações
30	praticado contra a administração da justiça
31	praticado contra o serviço de radiodifusão
32	praticado contra os serviços de telecomunicações
33	praticado contra os serviços postais
34	relacionados à situação jurídica do estrangeiro

**2 – Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social; (lista exemplificativa)**

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	crimes eleitorais
2	de deserção e engajamento
3	de discriminação
4	de genocídio
5	de responsabilidade
6	de tortura
7	de tráfico de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano
8	praticado contra a liberdade de imprensa
9	praticado contra a organização do trabalho
10	praticado contra a segurança nacional, a ordem política e social
11	praticado contra comissão parlamentar de inquérito
12	praticados contra os índios
13	relacionados com arma de fogo
14	praticado contra a reforma agrária
15	praticado contra a biossegurança
16	praticado contra os direitos humanos
17	de terrorismo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

**3 - Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;**

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	tráfico ilícito de drogas
2	uso ilícito de drogas

2.1.2 Estruturação das ações

Dentro do PLANO PLURIANUAL – PPA - (*lei nº 10.933/2004 alterada pela lei nº 11.318/2006*) a Polícia Federal esta inserida no **MEGA-OBJETIVO III**, plano do atual governo, **Promoção e Expansão da Cidadania e Fortalecimento da Democracia.**

**A - Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.**

DIRETRIZES

1. Articulação das três esferas da Federação no desenvolvimento de ações de segurança pública, inclusive ampliando o sistema de inteligência;
2. Integração das políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade e a prevenção da violência;
3. Prevenção e combate ao crime organizado, especialmente ao contrabando, ao narcotráfico, ao comércio ilegal de armas e à lavagem de dinheiro;
4. Implementação de programas de integração das polícias;
5. Adoção do policiamento comunitário;
6. Reestruturação dos sistemas penal e prisional, inclusive sob o ponto de vista da reinserção social do egresso;
7. Promoção da parceria com a sociedade civil na implementação e gestão das ações de segurança pública;
8. Prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas;
9. Humanização das instituições e valorização dos profissionais de segurança pública;
10. Combate à impunidade;
11. Garantia da integridade de testemunhas e seus familiares.

**B. Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.**

DIRETRIZES

1. Implementação de mecanismos de avaliação e de controle social das ações governamentais;
2. Melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação;





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

3. Ampliação e fortalecimento da participação social na gestão pública, com ênfase no diálogo e na concertação com a sociedade;
4. Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações e atos da gestão pública;
5. Aperfeiçoamento dos mecanismos de descentralização da gestão governamental, com ênfase em novas formas de articulação e na capacitação das equipes locais;
6. Garantia da qualidade dos dados e das informações, inclusive com a integração dos sistemas corporativos da União;
7. Implementação da contabilidade de custos e gerencial por programas;
8. Criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais voltados para resultados da ação governamental;
9. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
10. Conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum sobre a coisa pública;
11. Combate à impunidade.

**C. Combater a corrupção.**

**DIRETRIZES:**

1. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
2. Ampliação dos mecanismos de combate à improbidade administrativa;
3. Integração e coordenação de ações preventivas e coercitivas, no combate e na dissuasão da corrupção.

**2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas**

Tendo como objetivo primordial o cumprimento de sua missão constitucional neste Estado, com especial ênfase a sua atribuição de Polícia Judiciária, a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Rondônia e suas Unidades descentralizadas (Delegacias de Guajará-Mirim, Ji-Paraná e Vilhena), realizaram durante o exercício próximo passado um conjunto de ações ostensivas e de inteligência voltadas ao combate à criminalidade organizada, cujos efeitos são potencializadores da criminalidade comum ou de massa. No curso das ações desenvolvidas procurou-se atuar em consonância com as diretrizes fixadas pelo Governo Federal, através da pasta do Ministério da Justiça, sempre de forma transparente e sistêmica, prestando contas à sociedade através dos órgãos de controle interno e externo, bem como por meio da imprensa, nos casos em que a sensibilidade das informações permitiu.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

Operamos em 2008 de forma isolada ou em conjunto com outros Órgãos de Segurança Pública e logramos atingir excelentes resultados, como, por exemplo, no combate ao tráfico internacional de entorpecentes, com expressiva quantidade de COCAÍNA apreendida, crimes contra o meio ambiente, crimes eleitorais, crimes de desvio de verbas públicas e outros.

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Rondônia, ou simplesmente SR/DPF/RO, tem como área de circunscrição todo o Estado de Rondônia, além do sul do Estado do Amazonas (municípios de Lábrea e Humaitá) e do município de Rondolândia no Estado do Mato Grosso, num Total de 55 (cinquenta e cinco) municípios, consoante definido na Portaria nº 69/2008-DG/DPF, de 19.02.08. É uma das maiores circunscrições em área a ser atendida em todo Brasil. O vazio demográfico, as dificuldades de acesso e a enorme faixa de fronteira a ser coberta pela nossa circunscrição representam desafios a serem transpostos com a crescente otimização de nossas missões neste Estado, no entanto, é necessário ressaltar que tais dificuldades também representam maior custo de logística, de desgaste humano e equipamentos.

Para atuar neste Estado, extremamente rico em recursos naturais, minerais, florestais e com enorme potencial de desenvolvimento, esta SR/DPF/RO conta com 36 Delegados, 16 peritos, 124 Agentes, 29 Escrivães, 08 papiloscopistas e 66 Agentes Administrativos, motivo pelo qual prioriza as ações preventivas e repressivas que atinjam preferencialmente o crime organizado, com foco na gerência de resultados e na eficiência e eficácia da gestão pública e dos programas de governo.

Num mundo cada vez mais globalizado passamos a conviver com problemas que antes praticamente não existiam ou eram de alcance bastante limitado, sendo o crime organizado transnacional o maior deles. Aproveitar os inúmeros benefícios de uma sociedade globalizada e ao mesmo tempo adotar mecanismos de combate ao crescente avanço do crime organizado transnacional, é, sem dúvida, um dos maiores desafios deste século que se inicia. A Polícia Federal do Brasil em face de seu caráter federal e em decorrência de sua missão constitucional tem a tarefa precípua, embora não exclusiva, de combater o crime organizado em todas as suas formas, inclusive estabelecendo com forças de segurança de outros países a união de esforços necessária ao cumprimento dessa difícil tarefa. Ressalte-se que as políticas públicas da maioria das nações, em defesa da liberdade e da justiça, e em respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, consagram o crime organizado transnacional, em todas as suas formas de expressão, como a maior ameaça ao Estado de Direito, com potencialidade de ferir a ordem democrática, colocando em perigo a paz mundial, a segurança e a prosperidade da Comunidade Internacional. Neste quadro, sobreleva-se a missão da Polícia Federal como importante componente de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

uma política criminal que tenha o escopo de dar respostas eficientes às ameaças e inquietações sociais e econômicas fomentadas pelo crescimento do crime organizado transnacional.

Como já foi dito esta SR/DPF/RO procurou no ano de 2008 atuar em todas as inúmeras áreas de seu vasto rol de atribuições, no entanto, seus melhores resultados foram justamente naqueles temas eleitos pelo governo federal como prioritários para este Estado de Rondônia, senão vejamos:

1. Combate ao tráfico internacional de substâncias entorpecentes - A maior parte dos 3.423 Km de fronteira do Brasil com a Bolívia fica no Estado de Rondônia, sendo que, apesar dos esforços do Governo Boliviano, este país segue sendo um dos três maiores produtores mundiais de COCAÍNA, juntamente com o Peru e a Colômbia. Desnecessário enfatizar o quanto é importante para o desenvolvimento do nosso País priorizar políticas públicas de redução da demanda de substâncias entorpecentes, prevenção ao uso de drogas e reabilitação e reinserção do usuário de substâncias entorpecentes. Neste diapasão, a SR/DPF/RO não superou em 2008 todos os índices anteriores de apreensão de COCAÍNA no Estado, mas alcançou a marca total de **1,598, ton (uma tonelada e quinhentos e noventa e oito quilos)** apreendidas, sendo **1,234 (uma tonelada e duzentos e trinta e quatro quilos)** de COCAÍNA e **368,0 (trezentos e sessenta e oito quilos)** de MACONHA apreendidas. De toda sorte, a quantidade total de entorpecentes apreendidos no ano de 2008 ainda é a segundo maior da história do Estado de Rondônia. Considerando que qualquer quantidade de cocaína quando é transportada das áreas de produção para as áreas de consumo normalmente se apresenta com grau de pureza próximo de 100% (cem por cento) já que somente lhe são acrescentadas outras substâncias quando a droga é preparada (“batizada”) para a venda ao usuário, momento em que normalmente ela é vendida a 30% de pureza, a conclusão óbvia é que para cada 01 Kg de droga pura apreendida se retira do mercado aproximadamente 03 Kg de droga “batizada”. Ademais, se levarmos em conta que a cocaína para venda ao usuário normalmente é acondicionada em saquinhos (“trouxinhas”) de 01 grama cada, sendo esta a dose regular para o consumo, verificamos que para cada 01 kg apreendido no transporte (diga-se em áreas de fronteira como o Estado de Rondônia) se retira do mercado ilícito cerca de 3.000 mil “trouxinhas” que seriam vendidas em “bocas de fumo” das grandes cidades;

2. Proteção às comunidades indígenas - Diversas foram as nossas ações em 2008 na defesa das comunidades indígenas e seu patrimônio cultural e territorial, no entanto, destacamos a Operação ROOSEVELT como um dos trabalhos mais importantes da SR/DPF/RO, realizado em parceria com a Coordenação Especial de Operações de Fronteira - COESF. Em 17 de setembro de 2004, o Excelentíssimo Senhor PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, considerando o disposto no art. 231, § 3º, da Constituição, que proíbe a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, enquanto não autorizadas pelo Congresso Nacional em lei específica, bem como a necessidade de promover a articulação entre os diversos agentes e órgãos públicos federais responsáveis por coibir a exploração mineral em terras indígenas, em especial nas áreas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã, localizadas em Rondônia e Mato Grosso, expediu Decreto Presidencial, criando o Grupo Operacional para fiscalizar e garantir a adoção das medidas necessárias e cabíveis para coibir toda e qualquer exploração mineral em terras indígenas, em especial nas áreas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã, localizadas nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, até que a matéria seja regulamentada por lei, nos termos do art. 231, § 3º, da Constituição, bem assim para preservar a ordem pública nestas localidades. Através da Portaria nº 2725, de 30.09.2004, publicada no DOU – Seção 2, Nº 190, de 01.10.2004, o Excelentíssimo Senhor MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do Art. 2º do Decreto de 17 de setembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 20 do mesmo mês e ano, designou os integrantes do Grupo Operacional criado para coibir a exploração mineral em terra indígena. As ações repressivas adotadas pela Operação Roosevelt sempre seguiram o norte manter fiscalização no entorno das Terras Indígenas, Cinta Larga, ficando a cargo do GRUPO TAREFA da FUNAI a fiscalização no interior das mesmas. Mesmo encontrando enormes dificuldades para realização dessa missão a Polícia Federal foi o único dos órgãos federais componente do GRUPO TAREFA que permanece na região até hoje apesar da atividade clandestina no interior das reservas ser escudada e até patrocinada por algumas lideranças indígenas locais. Praticamente com recursos exclusivos desta SR/DPF/RO a OPERAÇÃO ROOSEVELT realiza de maneira altamente satisfatória as atividades destinadas a conter a extração clandestina de diamantes das Terras Indígenas Cinta Larga. Sempre



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

atentando para a observância aos ditames legais, o respeito aos costumes tribais e as recomendações do Ministério Público Federal, a SR/DPF/RO, em conjunto com a COESF/DIREX, vem procurando executar a suas tarefas na Operação ROOSEVELT, empregando: POSTOS DE CONTROLE FIXOS; POSTO DE CONTROLE MÓVEL; PATRULHAMENTO AÉREO; IDENTIFICAÇÃO DAS VIAS DE TRANSPORTE PARA O INTERIOR DAS RESERVAS; IDENTIFICAÇÃO DAS PISTAS DE POUSO NO INTERIOR DAS RESERVAS COM DESTRUÇÃO DAQUELAS APONTADAS PELA FUNAI COMO INÚTEIS; EXTRUSÃO DE PESSOAS NÃO INTEGRADAS ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS EXISTENTES NAS RESERVAS; EXTRUSÃO E APREENSÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A EXPLORAÇÃO MINERAL NO INTERIOR DAS RESERVAS E COLETA DE DADOS.

Foram, ainda, realizadas diversas ações de apoio a outros órgãos públicos federais (INCRA, IBAMA, DNPM, MPF, MINISTÉRIO DO TRABALHO, etc.) com atuação neste Estado, destacando-se as ações isoladas e em conjunto com o IBAMA, no sentido de diminuir o índice de desmatamento ilegal em Rondônia.

Finalmente, inúmeras foram as adversidades com as quais deparamo-nos no ano passado, com especial destaque para as do ponto de vista econômico-financeiro, carência de material humano, dentre outras, no entanto, é preciso frisar que em 2008 recebemos um número substancial de novos policiais e iniciamos obras de engenharia que permitirão instalar estes novos policiais com mais conforto, aumentando, assim, a eficiência e eficácia de nossa atuação no Estado. Apenas para exemplificar, finalizamos em 2008 as obras para reforma e adaptação da antiga garagem desta Superintendência, onde passará a funcionar o SETEC (Setor técnico-científico). Hoje, muitos equipamentos do mencionado setor, que sequer haviam sido tirados das caixas, por falta de espaço físico para sua instalação, já podem ser utilizados em toda sua plenitude, além do que 16 (dezesseis) Peritos Criminais Federais que ocupam um espaço totalmente insuficiente para que possam elaborar os laudos e utilizar os equipamentos afetos às suas especialidades, já contam com espaço físico adequado.

Posto isso, acreditamos que a maior parte dos objetivos propostos foram alcançados e que a SR/DPF/RO finalizou o exercício de 2008 com saldo extremamente positivo em suas ações no estado de Rondônia, empregando da melhor maneira possível os recursos disponibilizados pelo Estado Brasileiro.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

### **2.2.1 Metas Policiais da Unidade**

**Meta 1:** Treinar e capacitar os servidores policiais lotados na Superintendência e delegacias do interior do estado para melhor desenvolver suas atribuições.

Justificativa: Incrementar a presença da Polícia Federal no Estado

Ações desenvolvidas para o atingimento: Buscar junto à Academia Nacional de Polícia a inserção dos policiais lotados em Rondônia nos cursos e treinamentos oferecidos por aquela casa de ensino.

Resultados: Meta alcançada. No estado de Rondônia estão lotados 225 servidores policiais. Foram realizados 122 treinamentos, alcançando 194 alunos. Portanto, 86,22% do efetivo passou por algum tipo de treinamento no ano de 2008.

**Meta 2:** Superar os números de 2008 na instauração de inquéritos policiais, bens apreendidos, prisões executadas e organizações criminosas desbaratadas.

Justificativa: O aumento da criminalidade em todas as frentes, impede que os números apresentados a cada ano sejam superiores ao anterior.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Propiciar condições às delegacias para que realizem suas atribuições, com mais eficácia.

Resultados: Meta alcançada. Conforme dados extraídos do Sistema Nacional de Procedimentos do Departamento de Polícia Federal - SINPRO, o número de IPL's instaurados pela Polícia Federal em Rondônia ano de 2008 apresentou um acréscimo de 12% (doze por cento) em relação ao ano anterior. De acordo com o SINPRO, no ano de 2008 foram relatados 1.673 IPL's, contra 1.474 procedimentos instaurados em 2007. Além de uma elevação de bens apreendidos em 2008, principalmente na área ambiental com apreensões de madeiras nas Operações Portal e Arco de Fogo.

**Meta 3:** Incrementar e intensificar, em parceria com os demais órgãos públicos, as operações destinadas à repressão aos crimes ambientais.

Justificativa: A degradação do meio ambiente é cada vez mais crescente no Estado, o que exige pronta resposta dos órgãos responsáveis pela fiscalização do meio ambiente

Ações desenvolvidas para o atingimento: Deflagração de operações policiais nas áreas de preservação pertencentes à União.

Resultados: Meta alcançada. No decorrer do ano de 2008 houve uma conjunção de esforços objetivando uma maior aproximação com os órgãos parceiros na proteção do meio ambiente no Estado como, por exemplo, a parceria entre a Polícia Federal, IBAMA e o Batalhão de policiamento ambiental nas fiscalizações de combate ao desmatamento no Estado. Cabe, ainda, mencionar o desencadeamento da operação Arco de Fogo com a participação do IBAMA e Força Nacional onde está sendo possível o implemento de uma ação repressiva de combate a exploração ilegal de madeira por meio da fiscalização e a aplicação de diversas multas cominando com a instauração de procedimentos investigatórios em várias regiões do Estado como: Machadinho do Oeste, Cujubim, Nova Mamoré e Guajará-Mirim.

**Meta 4:** Superar o número de inquéritos policiais instaurados em 2007 por iniciativa própria.

Justificativa: Incrementar o número de investigações da Polícia Federal no Estado, independentemente de provocação externa.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Instaurar inquéritos policiais por iniciativa interna, majorando o número de Operações Policias.

Resultados: Meta Alcançada. De acordo com levantamento no SINPRO, nos inquéritos instaurados por flagrantes no âmbito da Superintendência da Polícia Federal no Estado de Rondônia, que são quase na sua Totalidade por iniciativa própria, houve um aumento de 32% nos procedimentos de iniciativa interna no ano de 2008 em comparação ao ano de 2007.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

**Meta 5:** Tornar mais célere a conclusão dos inquéritos policiais.

Justificativa: A demora na conclusão dos inquéritos policiais causa o acúmulo de procedimentos com as autoridades policiais, demandando tempo que poderia ser melhor aplicado nas investigações mais relevantes.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Incentivar os delegados para que realizem diligências e investigações com mais celeridade, aumentando assim o número de inquéritos policial relatados.

Resultados: Meta alcançada. Conforme dados extraídos do Sistema Nacional de Procedimentos do Departamento de Polícia Federal - SINPRO, o número de IPL's relatados pela Polícia Federal em Rondônia no ano de 2008 apresentou um acréscimo de 43% (quarenta e três por cento) em relação ao ano anterior. De acordo com o SINPRO, no ano de 2008 foram relatados 1512 IPLs, contra 1060 procedimentos instaurados em 2007.

**Meta 6:** Aumentar a arrecadação na área de segurança privada

Justificativa: Incrementar a fiscalização nos bancos e empresas de segurança privada, quanto as normas de segurança.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Deflagração de operações de fiscalização na capital e no interior do Estado.

Resultados: Meta alcançada. Com o aumento do efetivo policial na DELESP e nas Comissões de Vistoria das delegacias do interior, houve uma melhora na atividade de fiscalização. Também houve a realização da Operação Varredura, em novembro de 2008, que contou com agentes enviados por todos os Estados, com importantes resultados. Houve aumento de 28% (vinte e oito por cento) no número de carteiras de vigilantes expedidas. Foram 788 CNV's expedidas em 2007 e 1103 em 2008. A arrecadação em 2007 foi de R\$ 227.529,42, sendo que em 2008 foi de R\$ 245.763,10, tendo havido, portanto, um aumento de 8% (oito por cento).

**Meta 7:** Incrementar as investigações afetas à DELEFAZ.

Justificativa: Com o aumento do efetivo previsto, há a possibilidade de realização de investigações mais concretas na área de contrabando e/ou descaminho, moeda falsa, crimes cibernéticos e outros.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Lotar mais servidores na DELEFAZ e Descentralizadas, capacitando-os nas mais diversas áreas de autuação fazendária.

Resultados: Meta alcançada. Houve um aumento de inquéritos concluídos afetos à área da Especializada devido ao aumento do efetivo. As investigações que visaram coibir os crimes de descaminho e contrabando tiveram prioridade.

**Meta 8:** Incrementar e intensificar, em parceria com os demais órgãos públicos (CGU, RFB, MPF), as operações destinadas à repressão aos crimes contra a Fazenda Pública.

Justificativa: Necessidade de ampliar as ações de combate à corrupção e desvios de verbas públicas, no continuado esforço de aperfeiçoar a administração estatal, consagrando os princípios de moralidade e eficiência.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Deflagração de investigações policiais em apoio à Controladoria Geral da União, a Receita Federal do Brasil, e outros órgãos de fiscalização da aplicação de verbas e da arrecadação de tributos federais.

Resultados: Meta alcançada. Iniciaram-se trabalhos investigativos conjuntos com a Controladoria Geral da União-CGU no sentido de apurar crimes contra a administração pública. Foram constantes os contatos diretos com a Receita Federal que visaram coibir crimes de descaminho/contrabando e pirataria. A Caixa Econômica Federal vem contribuído bastante nas investigações de furtos qualificados mediante fraude nas transferências eletrônicas.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

**Meta 9:** Incrementar e intensificar as investigações destinadas à fiscalização de estrangeiros em situação irregular no Estado.

Justificativa: Existência de um número considerável de estrangeiros residindo e trabalhando clandestinamente no Estado.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Deflagrar operações policiais nos municípios fronteiriços e municípios do interior e na capital do Estado.

Resultados: Meta alcançada. A fiscalização a estrangeiros irregulares aumentou significativamente, tendo sido notificados a deixarem o país 58 estrangeiros e autuados 87 alienígenas, apenas no ano de 2008. Quanto à legalização de estrangeiros em situação irregular no Estado, foi extremamente positiva, sendo que só em 2008 foram encaminhadas 32 permanências, 41 registros de estrangeiros, 88 expedições de carteiras de identidade para estrangeiros e 13 naturalizações.

**Meta 10:** Criar o serviço de plantão no Aeroporto Internacional Gov. Jorge Teixeira, em Porto Velho, e fiscalização regulares nos aeroportos do interior do Estado de maior movimento.

Justificativa: Necessidade de checar a regularidade da entrada, saída e estada dos estrangeiros que estão adentrando ou saindo do Estado por via aérea. A fiscalização nos Aeroportos visa, também, combater a prática de crimes de contrabando e/ou descaminho, bem como o tráfico de drogas, além de garantir a segurança a bordo das aeronaves, impedindo que passageiros embarquem portando armas de fogo sem autorização legal, ou materiais perigosos.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Exercer fiscalização nos aeroportos da capital e do interior do Estado.

Resultados: Meta parcialmente atingida. A fiscalização no Aeroporto Jorge Teixeira aumentou, sendo que nos anos anteriores sequer eram realizadas. Entretanto, essas fiscalizações são realizadas sem a frequência desejada, principalmente porque ainda se encontra em andamento a implementação do serviço de plantão no aeroporto, o que deve ocorrer até meados de 2009.

**Meta 11:** Intensificar as operações policiais nas terras indígenas situadas no Estado.

Justificativa: As terras indígenas ocupam aproximadamente 30% do território do Estado e tem sido foco constante de invasões e depredação do meio ambiente.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Efetuar o mapeamento das terras indígenas onde ocorrem invasões, objetivando deflagrar operações policiais.

Resultados: Meta parcialmente atingida. No âmbito da DPF/JPR/RO houve tratativas junto ao MPF, com apoio do IBAMA, inclusive sobrevôos de helicóptero para reconhecimento das terras indígenas situadas na área de circunscrição daquela descentralizada, sendo detectados vários pontos de extração ilegal de madeiras. Entretanto, as ações se resumiram a apoio às fiscalizações do IBAMA na área de entorno das terras indígenas, em vista dos entraves para adentrar àquelas terras, sendo proposto ao MPF que articulasse ação conjunta com o IBAMA e FUNAI. Já na área da DPF/GMI/RO, foi realizada operação na Terra Indígena dos Karipunas, referente a desmatamento ilegal, sendo presos 05 indígenas e 01 madeireiro. Registrem-se, também, algumas incursões realizadas no interior de reservas indígenas inseridas na circunscrição da DPF/VLA/RO, quando os policiais se depararam com extração de madeiras (itaúba), que resultaram na instauração de inquérito policial. Operação ROOSEVELT – Sempre atentos para a observância aos ditames legais, o respeito aos costumes tribais e as recomendações do Ministério Público Federal, a SR/DPF/RO, em conjunto com a COESF/DIREX, tem procurado executar as suas tarefas na Operação ROOSEVELT, empregando POSTOS DE CONTROLE FIXOS; POSTO DE CONTROLE MÓVEL; PATRULHAMENTO AÉREO; IDENTIFICAÇÃO DAS VIAS DE TRANSPORTE PARA O INTERIOR DAS RESERVAS; IDENTIFICAÇÃO DAS PISTAS DE POUSO NO INTERIOR DAS RESERVAS, COM DESTRUÇÃO DAQUELAS APONTADAS





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

PELA FUNAI COMO INÚTEIS; EXTRUSÃO DE PESSOAS NÃO INTEGRADAS ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS EXISTENTES NAS RESERVAS; EXTRUSÃO E APREENSÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A EXPLORAÇÃO MINERAL NO INTERIOR DAS RESERVAS; E COLETA DE DADOS.

**Meta 12:** Relatar o maior número possível de inquéritos policiais no menor espaço de tempo.

Justificativa: Evitar a prescrição de crimes e liberar a equipe policial para investigações de maior vulto.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Simplificar as diligências necessárias à conclusão do inquérito.

Resultados: Meta Alcançada. Conforme levantamento da meta 5, verificamos que o quantitativo de inquéritos policiais relatados no âmbito da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia no ano de 2008 foi 43% (quarenta e três por cento) maior do que o ano de 2007. Outro levantamento realizado pelo SINPRO, comparando os inquéritos instaurados e relatados no mesmo período, observa-se que no ano de 2007 houve um quantitativo de 361 inquéritos, já no ano de 2008 esse número aumentou para 477, ou seja, um acréscimo de 32% dos inquéritos instaurados e que foram relatados no ano de 2008.

**Meta 13:** Intensificar investigações em crimes de pedofilia cometidos pela Internet.

Justificativa: Os crimes de pedofilia pela Internet têm-se intensificado em todo o país, sendo notório que a região norte do estado caracteriza-se, também, pela exploração sexual infanto-juvenil.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Adquirir equipamentos e programas de informática específicos e treinar e especializar os policiais da delegacia com atribuição para atuar nessa área.

Resultados: Meta alcançada. Foi adquirido nesta SR/DPF/RO o software NET RESIDENT que é um “network sniffer”, ou seja, um programa capaz de fazer monitoramento de tráfego de Internet. Além disso, os delegados lotados na DELINST/SR/DPF/RO, no ano de 2008, participaram de 01 work shop e de 01 treinamento sobre crimes contra crianças facilitados pela Internet. Além disso, durante o ano de 2008, um IPL foi instaurado na DPF/VLA/RO com a finalidade de apurar delitos desta natureza, sendo que atualmente se encontra pendente de exame pericial para sua conclusão. Durante a instrução deste feito foram realizados 02 mandados de busca e apreensão.

**Meta 14:** Intensificar investigações em crimes de tráfico internacional de pessoas.

Justificativa: Segundo se sabe, existe um grande número de mulheres rondonienses aliciadas para outros países para fins de prostituição.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Incrementar investigações nessa aérea.

Resultados: Meta parcialmente alcançada. Existem dois inquéritos instaurados na DELEMIG/SR/RO para esse fim.

**Meta 15:** Aprimorar o sistema de controle de armas institucionais e de munição.

Justificativa: O sistema de controle do armamento e de munição não é dos mais eficientes.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Fazer um levantamento do estoque de armas e munições e criar um programa, se possível informatizado, para controle.

Resultados: Meta parcialmente alcançada. Foi desenvolvido no âmbito desta SR/DPF/RO e está em pleno uso o software X GUN, capaz de gerenciar a cautela do armamento. Através desse programa, o servidor recebe e-mail automático confirmando a cautela em seu nome. É possível, ainda, observar o histórico de cautelas do armamento e dos servidores. Esse software é dotado de registros de auditoria. Ficando para 2009 sua expansão nas Descentralizadas desta Regional.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

**Meta 16:** Desencadear treinamento de tiro regularmente para os policiais da Superintendência e delegacias do interior.

Justificativa: Manter o policial apto a utilizar sua arma com precisão e mantê-lo atualizado em novas técnicas de tiro.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Utilizar com maior frequência o estande de tiro da Superintendência e das delegacias, onde houver. Naquelas que não possuam local apropriado, buscar junto nas Forças Armadas, Polícia Militares ou Clube de Tiro devidamente autorizado, uma alternativa para treinamento.

Resultados: Meta alcançada. Com a finalidade de cumprir as metas pré-estabelecidas, foram realizados diversos treinamentos de tiro nesta Superintendência, sendo: 02 instruções sobre a utilização da pistola Glock, para que todo o contingente da SR fosse atendido, cada uma das instruções foi ministrada em 08 datas diferentes; 01 instrução com submetralhadora HK MP5 e pistola Glock; e 01 instrução com fuzil 5,56 (HK e Bushmaster) e pistola Glock. Também no interior houve treinamento com a pistola Glock nas Delegacias de Vilhena e Ji-Paraná. Em ambas as Delegacias os treinamentos foram realizados em estande de tiro de outros órgãos, uma vez que aquelas descentralizadas ainda não contam com estande próprio. A razão dos poucos treinamentos na Superintendência e no interior se deve ao fato de haver apenas 02 (dois) instrutores de armamento e tiro no âmbito da Superintendência de Rondônia.

**Meta 17:** Intensificar as ações policiais em terras da União e em áreas desmatadas.

Justificativa: A intensa atividade de grilagem de terras públicas e extração ilegal de madeiras se tratam de atividades ilícitas conexas no Estado de Rondônia, requerendo ação coordenada e baseada em dados de inteligência policial.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Deflagrar atividades de inteligência e ostensivas em áreas onde ocorrem tais atividades ilícitas.

Resultados: Meta alcançada. Os últimos números divulgados pelo Instituto Nacional de pesquisas espaciais (INPE) mostram que o Estado de Rondônia teve a maior queda dos índices de desmatamento no país. Em 12 meses, houve perda de 1061 km<sup>2</sup> de florestas - uma redução de 34% em relação ao período anterior, quando a devastação atingiu 1611 km<sup>2</sup>. Ressalta-se, ainda, a desarticulação de uma grande organização criminosa que atuava no IBAMA e na Secretaria estadual do meio ambiente, por meio de seus procuradores, conforme se depreende no tópico abaixo.

**Meta 18:** Intensificar as ações de combate aos crimes ambientais praticados em áreas da União.

Justificativa: O expressivo aumento dos índices de devastação da floresta amazônica, provocado, principalmente, pela extração ilegal de madeiras.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Deflagrar atividades de inteligência objetivando a desarticulação de organizações criminosas responsáveis pela prática de diversos delitos relacionados ao meio ambiente e grilagem.

Resultados: Meta atingida. Além da atuação da Operação Arco de fogo no estado foi possível desencadear a operação denominada Savana onde se descobriu um grande esquema de diminuição de multas e liberação de empresas de forma fraudulenta no IBAMA e na Secretaria Estadual do Meio Ambiente por meio da atuação de dois procuradores federais e um assessor jurídico estadual. Desvendou-se, ainda, o lançamento indevido de mais de 249000 (duzentos e quarenta e nove mil) m<sup>3</sup> de madeira no sistema durante a transferência do controle ambiental do IBAMA para a SEDAM, conforme auditoria realizada pelo órgão estadual após a deflagração da operação. Em números finais foram indiciadas cerca de trinta e quatro pessoas pela prática de diversos delitos correlacionados à exploração ilegal do meio ambiente, dentre eles: procuradores federais, advogados, contadores, empresários, funcionários públicos. Ressalte-se que o inquérito resultante da OPERAÇÃO SAVANA, IPL n.º 112/2007-DPF/SR/RO, foi



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

relatado em 27/06/2008 e encaminhado ao Juízo Federal da 1ª Vara de Porto Velho onde se encontra em segredo de justiça. Entretanto, necessário se faz a instauração de aproximadamente 600 (seiscentos) procedimentos destinados a apurar responsabilidade penal na inserção indevida de créditos no sistema de controle ambiental da Secretaria Estadual do Meio Ambiente por parte de empresários madeireiros, engenheiros florestais e funcionários públicos, conforme auditoria elaborada pelo órgão estadual.

**Meta 19:** Treinamento e difusão de conhecimentos especializados.

Justificativa: O combate ao crime organizado exige conhecimentos técnicos em diversas áreas.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Implantação de cursos e seminários aos policiais especializados nas áreas específicas.

Resultados: Meta parcialmente atingida, porquanto a transmissão de conhecimentos ocorreu de forma individual colega a colega, faltando uma padronização para o repasse desses conhecimentos.

**Meta 20:** Intensificar o combate a crimes financeiros e “lavagem” de dinheiro.

Justificativa: Quase sempre, o fim maior do crime é o resultado financeiro. Tornar a ação criminosa inviável é o melhor método para coibir Organizações Criminosas.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Instaurar investigações visando desarticular quadrilhas especializadas em crimes financeiros e empresas utilizadas para “lavar” capital.

Resultados: Meta parcialmente alcançada. Embora ainda sem resultados mais relevantes, tem-se dado andamento às investigações em ações suspeitas de doleiros e as pessoas que se relacionam com eles. Além disso, as grandes investigações produzidas na área de repressão ao crime organizado, têm buscado, paralelamente às investigações convencionais, investigar financeiramente os alvos, no intuito de, futuramente, fazer prova e bloquear/sequestrar bens/direitos dos investigados auferidos pelos criminosos, em razão de atividades ilícitas.

**Meta 21:** Otimizar as investigações das delegacias especializadas.

Justificativa: As delegacias que compõem a DRCOR, DRE, DELEPAT e DELEARM necessitam concentrar seus esforços no combate a crimes que lhe são afetos.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Intensificar as investigações nas respectivas áreas de atuação, aumentando o número de procedimentos próprios dessas delegacias.

Resultados: Meta parcialmente alcançada. Embora distante do ideal, houve o incremento de rotinas que otimizaram os procedimentos investigatórios e, conseqüentemente, intensificaram o combate aos crimes afetos a cada especializada. Além disso, deu-se início a um processo de desobstrução de procedimentos supérfluos que engessam os trabalhos mais sensíveis.

**Meta 22:** Superar a quantidade de entorpecentes apreendidos em 2007.

Justificativa: A cada ano o incremento no tráfico de drogas ocorre em todos os países, inclusive na região norte, que faz fronteira com países produtores de cocaína. Desse modo, a atuação do DPF deve ser eficiente para combater o aumento dessa criminalidade.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Aumentar as atividades de inteligência e operacionais na unidade, acompanhando as novas técnicas empregadas pelos criminosos.

Resultados: A meta não foi alcançada. Mesmo assim, destaca-se que a quantidade de cocaína apreendida em 2008 ainda é a segunda maior já realizada no Estado de Rondônia, Totalizando mais de 1.100Kg de cocaína, bem como em relação à maconha, produziu-se a maior apreensão já registrada neste Estado: quase 400 kg de maconha.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

**Meta 23:** Aumentar a apreensão de bens e valores oriundos do tráfico de drogas.

Justificativa: Atacar o poderio financeiro das organizações criminosas voltadas para o tráfico.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Identificar organizações criminosas atuantes no tráfico de drogas, com ênfase no combate à lavagem de dinheiro.

Resultados: A meta não foi alcançada. Justifica-se o fato pela absoluta falta de pessoal, sejam agentes, escrivães ou delegados, o que impediu o avanço sobre tal meta. Isso porque a repressão à lavagem de dinheiro requer equipes com dedicação exclusiva neste tipo de ação.

**Meta 24:** Propiciar maior efetividade na fiscalização e no Controle de Produtos Químicos.

Justificativa: Implementar a fiscalização e o controle de produtos químicos, visando dificultar o desvio de precursores químicos para a produção de drogas.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Fazer fiscalizações com periodicidade mínima a cada 04 (quatro) meses.

Resultados: A meta não foi atingida. As diversas remoções de policiais ocorridas no estado, que tiveram reflexo também na DRE com a diminuição do efetivo ao longo dos últimos dois anos, obrigaram a adoção do princípio da seletividade nas ações de investigação, visando aproveitar o mínimo de efetivo para o máximo de resultado.

**Meta 25:** Incrementar e intensificar a repressão ao tráfico de armas.

Justificativa: A proximidade com a fronteira boliviana e os conflitos internos agrários estimulam o tráfico de armas na região.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Intensificar investigações visando aumentar o número de apreensões de armas e munições irregulares.

Resultados: Meta não atingida. O acúmulo de serviço, a carência de policiais e o fato de que até o mês de outubro de 2008 o Chefe da DELEARM esteve à disposição da Operação Arco de Fogo (primeiramente em campo e depois como Coordenador Regional) e, também, o serviço decorrente do período eleitoral, corroboraram para o não atingimento da meta.

**Meta 26:** Intensificar a fiscalização e o controle de armas de fogo e munições.

Justificativa: O estímulo ao cidadão em cadastrar, recadastrar e registrar sua arma de fogo torna o controle mais eficaz.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Fomentar o programa de desarmamento e regularização de armas irregulares.

Resultados: Meta alcançada. Com vistas à regularização de armas irregulares, e estando em vigor, até 31/12/2008, permissivos legais que permitiam o recadastramento de armas de fogo com certificado de registro expedido por órgão estadual ou do Distrito Federal (§ 3º do art. 5º da Lei 10.826/2003), assim como o registro de armas de fogo ainda não-documentadas (art. 30 da Lei 10.826/2003), realizou-se campanha em âmbito estadual. Abandonando a postura passiva, equipe da DELEARM visitou os principais Municípios do Estado, divulgando a campanha e recolhendo os requerimento de regularização de armas. Por outro lado, a fim de que fosse dado o adequado atendimento aos cidadãos, a DELEARM efetuou parceria com diversos segmentos da sociedade, tais como Prefeituras dos Municípios visitados, órgãos públicos e particulares (associações de produtores rurais, de pescadores) etc., que ora cediam funcionários, ora cediam instalações e, muitas vezes, cediam funcionários e instalações para a realização da campanha. Como resultado, foram protocolados, somente nos meses de novembro (a partir do dia 20) e dezembro de 2008, mais de 6.000 (seis mil) pedidos de regularização de armas de fogo.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

**Meta 27:** Otimizar as investigações de crimes contra os Correios.

Justificativa: São várias as ocorrências de roubos contra os Correios em Rondônia, mas raramente os inquéritos são concluídos com a identificação dos autores.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Incrementar métodos de investigação mais eficazes imediatamente após o crime, como exames periciais e reconhecimentos dos autores.

Resultados: Meta alcançada. A adoção de uma nova metodologia de investigação mais eficaz possibilitou a conclusão dos inquéritos mais novos com a identificação dos autores. Concomitantemente a isso, foram sugeridas adequações de segurança orgânica da empresa pública.

**Meta 28:** Otimizar a repressão e prevenção de roubos contra agências da CEF.

Justificativa: O forte desenvolvimento de Rondônia com as construções das hidroelétricas estimulará grandes movimentações em espécie nas agências bancárias.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Incrementar métodos preventivos e repressivos contra quadrilhas que tentam se aproveitar das carências do Estado para combater esse tipo de crime.

Resultados: Meta alcançada. Foram realizadas reuniões com o Setor de Segurança da CEF com o fim de prevenir os crimes praticados em detrimento da empresa pública. A celebração do Termo de Cooperação entre o DPF e a CEF abre novas frentes de combate aos crimes contra o patrimônio da instituição financeira.

O reforço no efetivo policial e administrativo das unidades do DPF em Rondônia, outro fator crítico de sucesso para o alcance das metas propostas, também não foi implementado como se esperava. Embora tenhamos recebido policiais do último Concurso Regional do DPF, conforme previsto no respectivo edital, esse reforço tem se mostrado insuficiente para atender a demanda regional. Há uma intensa mobilidade de policiais que realizaram tal Concurso, que acabam retornando para a Academia Nacional de Polícia para participar de outros Cursos do Concurso Regional e/ou Nacional para outros cargos. Por fim, como um terceiro fator que pode ter comprometido de forma genérica as metas policiais propostas para o ano de 2008, deve-se destacar o insuficiente número de servidores administrativos para serem empregados em trabalhos burocráticos. A atividade-meio desenvolvida por essa classe de servidores é fundamental para que as ações policiais alcancem o êxito esperado. Essa carência de servidores administrativos refletiu em dificuldades nas ações policiais registradas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

**2.3 Programas**  
**Recursos Financeiros por PROGRAMAS E AÇÕES**



Sistema Integrado de Administração  
Financeira do Governo Federal

**Dot Autorizada, Mov. Liq. Disponível, Indisp. Emp. a Liquidar, Emp. Liquidado.**

Exercício: 2008  
Base: 12-MAR-2009  
Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora 30108  
Mês de Referência DEZEMBRO  
Tipo de Valor Saldo Atual  
UG Executora 200378 SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL – RO

Projeto/Atividade			Programa		Dot. Descentralizada Líquida	Empenhos Emitidos	Execução da Despesa
2012	2012 0750	AUXILIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	0750	APOIO ADMINISTRATIVO	48,40	48,40	48,40
2000	2000 0750	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	0750	APOIO ADMINISTRATIVO	7.135.027,82	7.135.027,82	6.092.001,16
2272	2272 0087	GESTAO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	0087	GESTAO DA POLITICA DE PREVIDENCIA SOCIAL	25.281,30	25.281,30	11.388,65
<b>TOTAL</b>					<b>7.160.357,52</b>	<b>7.160.357,52</b>	<b>6.103.438,21</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA



Sistema Integrado de Administração  
Financeira do Governo Federal

**Dot Autorizada, Mov. Liq. Disponível, Indisp. Emp. a Liquidar, Emp. Liquidado**

Exercício: 2008

Base: 12-MAR-2009

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Mês de Referência

DEZEMBRO

Tipo de Valor

Saldo Atual

UG Executora

200379 SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL – RO

Projeto/Atividade			Programa		Dot. Descentralizada Líquida	Crédito Disponível	Empenhos Emitidos	Execução da Despesa
2000	2000 0750	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	0750	APOIO ADMINISTRATIVO	44.406,86		44.406,86	44.406,86
8980	8980 353	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO DPF	13531	MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	114.432,40		114.432,40	
4572	4572 0662	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORE PUBLICOS FEDERAIS	0662 0001	COMBATE A CRIMINALIDADE	3.930,00		3.930,00	3.930,00
2726	2726 0662	PREVENÇÃO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS	0662 0001	COMBATE A CRIMINALIDADE	5.201.325,95	20.025,30	5.181.300,65	2.429.713,40
2726	2726 0662	PREVENÇÃO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS	0662 0103	COMBATE A CRIMINALIDADE	144.139,38	17.901,86	126.237,52	125.847,52
2720	2720 0662	OPERACOES DE CARATER SIGILOSO	0662	COMBATE A CRIMINALIDADE	50.269,97		50.269,97	50.269,97
2679	2679 0662	FISCALIZAÇÃO DE EMPRESAS DE PRODUÇÃO, TRANSPORTE	0662	COMBATE A CRIMINALIDADE	138.399,06	54.203,51	84.195,55	84.195,55
<b>TOTAL</b>					<b>5.696.903,62</b>	<b>192.602,57</b>	<b>5.604.772,95</b>	<b>2.693.956,44</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

### Gestão de Programas e Ações

A efetivação da execução das atividades que contribuíram para o alcance dos objetivos foi promovida pela institucionalização do **PROGRAMA DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMINALIDADE (0662)**, o qual abrange todas as ações consideradas necessárias ao cumprimento das atribuições do órgão que conta também com outros programas de apoio, quais sejam, **MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL (1353)**, **0087 – GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL** e **0750 – APOIO ADMINISTRATIVO**.

#### 2.3.1 Programa 0662 – PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMINALIDADE

Dados gerais

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Intensificar o combate à criminalidade no país mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.
<b>Gerente do programa</b>	Não possui
<b>Gerente executivo</b>	Não possui
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	Prazo e taxa de conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Sociedade brasileira

Valor recebido da Unidade Central neste Programa: **R\$ 5.445.933,69**

##### 2.3.1.1. Gestão das ações

2.3.1.1.1. AÇÃO – 2679 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PRECURSORES QUÍMICOS

<b>Tipo</b>	<b>ATIVIDADE</b>
<b>Finalidade</b>	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

<b>Descrição</b>	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Policia Federal
<b>Unidades executoras</b>	Informação não disponível
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Informação não disponível
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Tude Tupy Fonseca
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Informação não disponível

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: **R\$ 84.195,55**

Despesas detalhadas:

NAT DESP	DESCRIÇÃO	R\$
339014	DIARIAS – PESSOA CIV IL	68.761,09
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15.434,46
<b>Total</b>		<b>84.195,55</b>

2.3.1.1.2. AÇÃO – 2720 – AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO NA AREA DE SEGURANÇA PUBLICA

<b>Tipo</b>	<b>ATIVIDADE</b>
<b>Finalidade</b>	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
<b>Descrição</b>	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Policia Federal
<b>Unidades executoras</b>	Informação não disponível
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Informação não disponível
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Daniel Lorenz de Azevedo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Informação não disponível
---	---------------------------

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: **R\$ 50.269,97**

Despesas detalhadas:

NAT DESP	DESCRIÇÃO	R\$
339030	MATERIAL DE CONSUMO	7.786,13
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	39.122,00
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	3.361,84
<b>Total</b>		<b>50.269,97</b>

2.3.1.1.3. AÇÃO – 2726 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO

<b>Tipo</b>	<b>ATIVIDADE</b>
<b>Finalidade</b>	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.
<b>Descrição</b>	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Policia Federal
<b>Unidades executoras</b>	Informação não disponível
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Informação não disponível
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Leandro Daiello Coimbra
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Informação não disponível

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: **R\$ 5.307.538,17**

Despesas detalhadas:

NAT DESP	DESCRIÇÃO	R\$
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.687.906,50
339030	MATERIAL DE CONSUMO	418.205,39
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	140.338,58
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	311.658,98
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	17.974,70
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.731.454,02
<b>Total</b>		<b>5.307.538,17</b>

2.3.1.1.4. AÇÃO – 4572 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

Tipo	ATIVIDADE
<b>Finalidade</b>	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
<b>Descrição</b>	Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Departamento de Polícia Federal
<b>Unidades executoras</b>	Informação não disponível
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Informação não disponível
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Informação não disponível
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Informação não disponível

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: **R\$ 3.930,00**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

Despesa detalhada:

NAT DESP	DESCRIÇÃO	R\$
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	3.930,00
<b>Total</b>		<b>3.930,00</b>

### 2.3.2. Programa 1353 – MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

Dados gerais

Tipo de programa	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Aprimorar a estrutura e o modelo operacional, gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal
<b>Gerente do programa</b>	DPF – Alciomar Goersch
<b>Gerente executivo</b>	Maurício de Melo Passos
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	Taxa de modernização das unidades operacionais da Polícia Federal
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Sociedade brasileira

Valor recebido da Unidade Central neste Programa: R\$ 114.432,40

#### 2.3.2.1. Gestão das ações

##### 2.3.2.1.1. AÇÃO – 8980 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Tipo	ATIVIDADE
<b>Finalidade</b>	Dotar a Polícia Federal da infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.
<b>Descrição</b>	Construção e ampliação de bases operacionais, da Academia Nacional de Polícia e das demais unidades do Departamento de Polícia Federal, visando à melhoria da instituição e do desempenho de suas atividades policiais e de formação policial, bem como a redução de custos operacionais, a fim de atender à crescente demanda da sociedade em relação à Segurança Pública.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Departamento de Polícia Federal
<b>Unidades executoras</b>	Informação não disponível
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Informação não disponível
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Informação não disponível
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Informação não disponível



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

Valor recebido da Unidade Central neste Programa: **R\$ 114.432,40**

Despesa detalhada:

NAT DESP	DESCRIÇÃO	R\$
449051	OBRAS E INSTALACOES	114.432,40
<b>Total</b>		<b>114.432,40</b>

### 2.3.3. Programa 0087 – GESTAO DA POLITICA DE PREVIDENCIA SOCIAL

Dados gerais

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Ampliar a eficiência do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a reestruturação e integração de suas organizações
<b>Gerente do programa</b>	Informação não disponível
<b>Gerente executivo</b>	Não possui
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	Índice sintético de desempenho
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Sociedade brasileira

Valor recebido da Unidade Central neste Programa: **R\$ 25.281,30**

2.3.3.1. Gestão das ações

2.3.3.1.1. AÇÃO 2272 – GESTAO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA.

Tipo	PROJETO
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
<b>Descrição</b>	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Instituto Nacional do Seguro Social
<b>Unidades executoras</b>	Informação não disponível



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Informação não disponível
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: **R\$ 25.281,30**

Despesa detalhada:

NAT DESP	DESCRIÇÃO	R\$
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.281,30
<b>Total</b>		<b>25.281,30</b>

#### 2.3.4. Programa 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

Dados gerais

<b>Tipo de programa</b>	Apoio Administrativo
<b>Objetivo geral</b>	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
<b>Gerente do programa</b>	Informação não disponível
<b>Gerente executivo</b>	Informação não disponível
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	Não possui
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Governo

Valor recebido da Unidade Central neste Programa: **R\$ 7.179.483,08**

##### 2.3.4.1. Gestão das ações

##### 2.3.4.1.1. AÇÃO 2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE.

Tipo	ATIVIDADE
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

<b>Descrição</b>	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Departamento de Polícia Federal
<b>Unidades executoras</b>	Informação não disponível
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Informação não disponível
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Não há coordenador vinculado
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Informação não disponível

**Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 7.179.434,68**

Despesas detalhadas:

NAT DESP	DESCRIÇÃO	R\$
335039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	15.714,49
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	304.602,66
339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.627.551,97
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	634.207,40
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	40.660,28



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.005.246,39
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.899.559,32
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.940,00
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	9.865,05
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	265.943,76
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	22.318,93
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	307.417,57
339030	MATERIAL DE CONSUMO	26.625,31
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	5.600,00
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	10.940,50
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.241,05
<b>Total</b>		<b>7.179.434,68</b>

2.3.4.1.2.. AÇÃO 2012 – AUXILIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

<b>Tipo</b>	<b>ATIVIDADE</b>
<b>Finalidade</b>	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
<b>Descrição</b>	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Secretaria-Executiva
<b>Unidades executoras</b>	Informação não disponível
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Informação não disponível
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Não há coordenador vinculado
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Informação não disponível

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: **R\$ 48,40**

Despesa detalhada:

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>R\$</b>
AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	48,40





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

## 2.4. Desempenho Operacional

### Vinculação das realizações da Unidade com o Plano Plurianual

#### Atividades desenvolvidas no âmbito das Ações

#### Setor Técnico-Científico – SETEC

##### Quadro de Laudos Emitidos

TIPO DE LAUDO	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Contábil Econômico Financeiro	-	41	22	14	44
Arma e Balística	15	6	6	53	76
Documentoscopia (papel-moeda e outros)	349	309	300	281	311
Merceológico	26	14	30	16	31
Laboratório (Entorpecentes e outros)	189	185	123	48	81
Engenharia	69	23	59	12	18
Aparelhos eletroeletrônicos e audiovisual	6	9	1	57	52
Local	30	24	29	12	84
Material de Informática	-	-	110	33	26
Patrimônio Histórico e Cultural	-	-	-	-	1
Meio Ambiente	14	38	61	46	218
Veículo	91	64	101	130	145
<b>TOTAL</b>	<b>789</b>	<b>713</b>	<b>842</b>	<b>702</b>	<b>1087</b>

Item	Atividades do Núcleo de Identificação	Total
1	Consulta - INFOSEG	-
2	Consulta ao SINIC para Emissão de Antecedentes Criminais	46.126
3	Cumprimento de O M (outras atividades)	9
4	Cumprimento de O M (relativa à atividade papiloscópica)	7
5	Emissão de BDI a Justiça Comum	2324
6	Emissão de BDI a Justiça Federal	
7	Emissão de BDI a SSP	
8	Emissão de BDI para cartório (DPF)	
9	Emissão de BDI a Justiça Comum	2321
10	Emissão de BDI a Justiça Federal	
11	Emissão de Folha de Antecedentes a Justiça Federal	2971
12	Emissão de Folha de Antecedentes a SSP	
13	Emissão de Folha de Antecedentes para cartório (DPF)	



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

<b>14</b>	Identificação - Criminal com Foto	<b>61</b>
<b>15</b>	Identificação - Criminal sem Foto	<b>19</b>
<b>16</b>	Identificação - Estrangeiros	<b>58</b>
<b>17</b>	Identificação - Funcional	<b>21</b>
<b>18</b>	Identificação - Necropapiloscópica	<b>1</b>
<b>19</b>	Identificação - Passaporte	<b>-</b>
<b>20</b>	Perícias - Documentos	<b>26</b>
<b>21</b>	Perícias - Local	<b>3</b>
<b>22</b>	Perícias - Material	<b>3</b>
<b>23</b>	Informações Técnicas - Documentos	<b>499</b>
<b>24</b>	Informações Técnicas - Local	<b>-</b>
<b>25</b>	Informações Técnicas - Material	<b>-</b>
<b>26</b>	Laudos Papiloscópicos - Documentos	<b>49</b>
<b>27</b>	Laudos Papiloscópicos - Local	<b>9</b>
<b>28</b>	Laudos Papiloscópicos - Material	<b>5</b>
<b>29</b>	Pesquisa AFIS para Emissão de Certidão de Antecedentes	<b>499</b>
<b>30</b>	Representação Facial Humana (RFH)	<b>-</b>

<b>Área de formação por PCF's</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Contabilidade	2	2	1	3	4
Economia	-	-	-	-	-
Farmácia	-	-	-	-	-
Química	1	1	1	1	2
Física	-	-	-	-	-
Eng Elétrica	-	-	1	2	2
Eng Florestal	-	1	1	2	2
Geologia	-	1	1	1	1
Agronomia	-	-	-	1	1
Eng Civil	-	1	1	1	1
Eng Telecomunicações	-	-	-	-	-
Biologia	1	1	1	1	-
Veterinário	-	-	-	1	1
Eng mecânica	-	-	-	1	1
Informática	-	1	1	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>16</b>	<b>17</b>

**DIFICULDADES**

- Necessidade urgente de Recursos Humanos para funções administrativas: AADM, digitador;
- Espaço físico limitado (sendo resolvido com a finalização do novo SETEC)
- Remessa de material para INC (drogas, combustíveis etc);



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

- Atendimento de solicitações de perícias para órgãos externos (JF, RF, AGU, etc);
- Instalação e operação de Laboratório Químico;
- Emissão de OMP pelo DREX em situações emergenciais;

**METAS para 2009**

- Finalização da obra do novo SETEC;
- Otimizar o tempo de atendimento (perseguir os prazos processuais);
- Reduzir o número de pendências;
- Lotação de pessoal de apoio: AADMs e digitadores;
- Incremento do número de PCFs;
- Definição de projeto para instalação de Laboratório Químico;
- Ampliar os tipos de exames;
- Incentivar a participação de PCFs em congressos, seminários, etc;
- Interiorização da perícia no estado de RO;
- Maior participação no planejamento de operações e/ou atividades que requeiram o apoio da Perícia, no intuito de adequar prazos, racionalizar os recursos e aumentar a eficiência do resultado.
- Construção e instalação do UTEC – Unidade Técnico Científica.

Pelo que foi demonstrado nos dados constantes nesse subitem houve um acréscimo em quase todos os tipos de laudos elaborados pelo SETEC em Rondônia em 2008 em relação ao ano de 2007.

Através dos laudos periciais produzidos pelo SETEC, demonstra-se a materialidade delitiva e/ou autoria dos crimes investigados nos IPL's em curso no Estado de Rondônia, com provas da existência do crime necessárias para conclusão dos procedimentos.

Tomando-se como parâmetros os indicadores acima demonstrados e comparando-se a quantidade de laudos produzidos no ano de 2008 com os anos anteriores, método comparativo, pode-se concluir que, os objetivos finais da ação foram efetivados, ou seja, os resultados demonstram que laudos periciais foram produzidos pelo SETEC, auxiliando, dessa forma, a instrução dos IPL's em curso na Superintendência Regional do DPF em Rondônia.

**Inteligência Policial – NIP**

<b>OPERAÇÃO</b>	<b>LOCAL</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADO</b>	<b>USO DE VS S OUN</b>
TITANIC	RO E ES	Desarticulação de grupo organizado. IPL 138/2007 – SR/DPF/ES e Processo nº. 2008.50.01.002183-3 – 1ª Vara Federal Criminal de Vitória/ES.	Satisfatório	Não



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

RESFRIADO	RO	Desarticulação de esquema para fraudar resultado das eleições para Prefeito de Porto Velho/RO em outubro/2008. IPL 605/2008 – SR/DPF/RO	Satisfatório	Não
DOMINÓ Desmembramento	RO	Cumprimento Mandado de Prisão e Mandado de Busca e Apreensão, IPLs 113 e 221/2007 – SR/DPF/RO e Processo nº 2007.41.00.004477-7 - 3ª Vara Justiça Federal/RO.	Satisfatório	Não

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

A atividade Inteligência Policial a cargo do NIP está prevista no *Plano de Ação Governamental nº 2720 – OPERAÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO*, que, por sua vez, está inserido no *Programa 0662* do Plano Plurianual a cargo do Departamento de Polícia Federal - *Combate à Criminalidade*.

Através do planejamento e execução das operações de caráter sigiloso, o NIP promove a mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.

Ao longo do ano de 2008 no NIP e suas projeções das Descentralizadas do interior do Estado de Rondônia obtiveram resultados satisfatórios e positivos, atuando nas seguintes atividades:

1. Apoio aos SIP's, NIP's e à DIP, no atendimento aos pedidos de inteligência e demais solicitações.
2. Apoio aos integrantes da Comunidade de Inteligência.
3. Acompanhamento dos movimentos sociais existentes na região norte do país, com identificação de suas lideranças e apoio aos demais órgãos federais afetos.
4. Apoio às Descentralizadas desta Regional no combate ao crime organizado, tráfico de drogas nacional e internacional, crimes ambientais e demais delitos.
5. Apoio as Operações de caráter sigiloso que tiveram despesas custeadas com Verba Secreta - VS, em observância ao disposto na Instrução Normativa nº 009/2008, de 29/04/2008, conforme abaixo:

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Despesas de caráter sigiloso "S" p/Sim ou "N" p/Não
SAVANA (DRE)	RO	Apoiar as atividades de inteligência policial.	Satisfatório	Sim
ANÔNIMO (DRCOR)	RO	Custear despesas de caráter sigiloso.	Satisfatório	Sim
ROOSEVELT	RO	Apoiar as atividades de inteligência policial.	Satisfatório	Sim



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

Quanto às dificuldades, o número mínimo de servidores para o setor e a necessidade de ampliação de espaço físico, são as principais. É cediço que o problema de efetivo acontece em todas as Unidades do DPF. No entanto, existe o empenho de todos os policiais deste NIP para manter o nível de qualidade dos trabalhos, atendendo-se a todos os pedidos encaminhados, sem exceção.

Como destaque de 2008, citamos a Operação TITANIC, desencadeada em 07/04/2008, trabalho realizado em parceria com o NIP/SR/DPF/ES, resultando no desmantelamento de grupo criminoso, cujas atividades principais eram desenvolvidas nos Estados do Espírito Santo e Rondônia.

### Núcleo de Operações – NO

Descrição	Intimações realizadas	Intimações sem resultado positivo	Relatórios de diligências e informações	Escolta de presos	Cumprimento de mandado de prisão	Apoio às Delegacias da SR (especificar a Delegacia)	Uso de VS
<b>Total</b>	<b>288</b>	<b>218</b>	<b>203</b>	<b>71</b>	<b>61</b>	<b>124</b>	<b>N</b>

Item	Efetivo						Armamento	Munição	Pessoal em missão	Quantidade de inquéritos policiais em andamento
	DPF	APF	EPF	PPF	PCF	ADM				
<b>Total</b>	<b>01</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>80</b>

O Núcleo de Operações visa o cumprimento dos seguintes objetivos: cumprimento dos mandados de prisão, realização de intimações, escolta de preso, reforço em diligências de outras delegacias, segurança a membros de outros órgãos quando em operação, escala de plantão e demais atividades que o chefe da DREX entenda pertinente.

Tendo em vista o constante apoio a outras delegacias, bem como o elevado número de mandados de prisão remetidos a este Núcleo de Operações, ressaltando, ainda, o reforço na escala de plantão com policiais deste núcleo, torna-se premente a necessidade de reforço do efetivo, para que se possa atender a contento os serviços repassados a este setor.

### Polícia de Imigração – DELEMIG

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Passaportes expedidos	2.527	5.830	4.095	4.802	3.217
Extradições	-	-	-	-	-
Carteiras de estrangeiros	68	110	246	94	88
Deportações					
Expulsões	-	-	-	-	-
Repatriações	-	-	-	-	-



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

<b>Efetivo/Cargo</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
DPF	01	01	01	01	01
PPF	00	00	00	00	00
APF	03	03	02	02	02
PCF	00	00	00	00	00
AADM	02	02	01	01	01

Cabe a DELEMIG a execução das atividades que realizam o controle do direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território nacional. Além dessa atividade migratória, a polícia aeroportuária e de fronteira também passa pelo controle da especializada.

**Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV**

<b>OPERAÇÃO/ATIVIDADE</b>	<b>LOCAL</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADO</b>	<b>Uso de VS S ou N</b>
Operação TÂNATOS	Porto Velho	Desarticular quadrilha que praticava fraudes em detrimento da Previdência Social.	Prisão de sete pessoas (sendo dois servidores da Previdência Social) e desarticulação da quadrilha.	N
Visita a todas as Delegacias do interior.	GMI, JPR e VLA.	Esclarecer aos Delegados a importância do trabalho de repressão a crimes previdenciários e propor a centralização de todos os inquéritos relativos a crimes previdenciários com um único Delegado.	Otimização dos trabalhos de repressão a crimes previdenciários.	N
Instalação de programas de acesso aos bancos de dados da Previdência Social (Plenus e CNIS)	GMI, JPR e VLA.	Conferir acesso a banco de dados da Previdência Social a fim de agilizar a obtenção de informações indispensáveis à repressão de crimes em detrimento da Previdência Social.	Otimização dos trabalhos de repressão a crimes previdenciários.	N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

<b>ÍNDICES</b>	<b>QUANTIDADE</b>				
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Quantidade de IPL's instaurados	07	20	13	85	<b>116</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

ÍNDICES	QUANTIDADE				
Quantidade de IPL's relatados	17	15	04	60	89
Quantidade de IPL's em andamento	112	57	68	141	76
<b>Estimativa de valores apurados nos inquéritos policiais em R\$</b>					<b>Mais de R\$ 15.000.000,00</b>

Efetivo/Cargo	2007	2008
DPF	1	1
PPF	-	-
APF	2	3
PCF	-	-
AADM	-	-

No âmbito do DPF, a DELEPREV atua no combate aos crimes contra a previdência social – “Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens Serviços e Interesses da União”, atingindo o objetivo proposto no Programa 0662 – “Combate à Criminalidade” do Plano Plurianual.

As atribuições da Deleprev são aquelas descritas no Art. 212 da IN 013/2005-DG/DPF, *in verbis*:

*Art. 212. À Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários compete:*

*I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas no art. 35 deste Regulamento, informando o Delegado Regional Executivo sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;*

*II - articular-se com instituições oficiais e órgãos do Poder Público no Estado, objetivando dispor de informações estratégicas no combate a bandos e organizações criminosas especializadas em lesar a previdência pública;*

*III - apurar as fraudes praticadas em detrimento da Previdência Social e outros atos ilícitos correlatos de atribuição do DPF;*

*IV - identificar a ação de falsários, levantando o seu modus operandi, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir a falsificação documental, bem como outros crimes objeto de sua atribuição;*

*V - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional Executivo e ao Chefe da DPREV/CGPFAZ/DIREX.*

Os principais resultados obtidos pela DELEPREV/RO em 2008 foram a deflagração da Operação TÂNATOS que desarticulou uma quadrilha que praticava fraudes em detrimento da Previdência Social em Porto Velho/RO e a instalação em todas as delegacias do interior do programa de acesso a banco de dados da Previdência Social. A principal dificuldade enfrentada em 2008 foi à falta de policiais para compor a equipe de investigação da Operação Tánatos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

**Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ**

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
E-COMMERCE	Porto Velho	Coibir Pirataria virtual	Apreensão de material e prisão	N
OURO BRANCO	Cacoal	Coibir Comércio de Diamantes	Buscas e prisões	N

VS: Verba Secreta

S - Sim

N - Não

**Índices**

ITEM	TIPIFICAÇÃO		Quantidade	Percentual
	Tipo	Crime		
01	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	25	3,48
02	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	91	12,69
03	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	38	5,30
04	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	63	8,79
05	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	09	1,25
06	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	00	00
07	Art. 155 (C.P.B)	Furto	44	6,13
08	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	00	00
09	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	169	23,58
10	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	172	23,99
11	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	14	1,95
12	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	26	3,63
13	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Documento Público	54	7,53
14	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	05	0,70
15	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	01	0,14
16	Art.342 (C.P.B)	Falso Testemunho	06	0,84
17	Art. 293 (C.P.B)	Falsificação de Papéis Públicos	00	00
18	Outros	Diversos	00	00
<b>Total</b>			<b>717</b>	<b>100</b>

Efetivo/Cargo	2006	2007	2008
DPF	1	2	3
PPF	0	0	0
APF	0	2	4
PCF	0	0	0
AADM	0	0	0





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

À Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários compete apurar os atos ilícitos de natureza patrimonial praticados em detrimento de pessoas, em razão de sua função pública, da ordem fazendária e tributária, contra interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, e outros correlatos; e a identificar a ação de falsários, levantando o seu *modus operandi*, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir os crimes de moeda e documentos falsos e outros crimes objeto de sua atribuição.

No que diz respeito ao comparativo de 2007, destaca-se o aumento considerável de investigações que visam coibir os crimes de contrabando e descaminho. Observamos que o último relatório incluiu os inquéritos instaurados para apurar crimes contra o meio ambiente, matéria esta sob a responsabilidade de outra delegacia especializada. Da mesma forma quanto aos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Destarte, houve uma expressiva queda do quantitativo estatístico Total, pois entendemos que tais dados devem constar nas estatísticas da Especializada.

Destacamos ainda o Acordo Técnico firmado entre o Departamento de Polícia Federal e a Caixa Econômica Federal, o qual otimizará as investigações que visam apurar crimes contra a empresa pública, mormente os praticados em ambiente cibernético.

#### Defesa Institucional - DELINST

OPERAÇÃO/ ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
ELEIÇÕES 2008	RONDONIA	CUSTEAR DESPESAS	ALCANÇADOS	S

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N – Não

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Segurança de Dignitários	06	N/D	N/D	09	-
Proteção de testemunhas ameaçadas	00	00	00	15	14
Registros de arma expedidos	14	403	548	420	1029
Portes de arma expedidos	00	07	21	07	17

Efetivo/Cargo	2004	2005	2006	2007	2008
DPF	01	01	02	02	<b>02</b>
PPF	-	-	-	-	-
APF	-	-	03	03	<b>03</b>
PCF	-	-	-	-	-
AADM	03	02	02	02	<b>01</b>



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

**OBSERVAÇÕES**

1. Não há dados relativos a quantidade de Dignitários aos quais foi garantida a segurança em 2008. Entretanto, sabe-se que o Ouvidor Agrário Nacional esteve em Rondônia em três ocasiões, oportunidades em que esta Especializada desempenhou suas funções;
2. Os dados revelados referem-se ao número de testemunhas protegidas, e não ao número de procedimentos relacionados a proteção de testemunhas;
3. O elevado número de registro e portes expedidos reflete uma demanda represada em anos anteriores, além do termino do período em que foi permitido o registro de armas não legalizadas;

No âmbito do DPF, a DELINST atua no combate ao tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários, além de executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional – “Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens Serviços e Interesses da União” – atingindo o objetivo proposto no Programa 0662 – “Combate à Criminalidade” do Plano Plurianual.

**Controle de Segurança Privada - DELESP**

<b>OPERAÇÃO/ ATIVIDADE</b>	<b>LOCAL</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADO</b>	<b>Uso de VS S ou N</b>
OPERAÇÃO VARREDURA 2008	RONDÔNIA	COMBATE ÀS EMPRESAS CLANDESTINAS	CENTENAS DE LOCAIS FISCALIZADOS E DEZENAS DE AUTUAÇÕES.	NÃO

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

<b>ÍNDICES</b>	<b>QUANTIDADE</b>				
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Aplicação de multas por ano	05	02	03	01	06
Certificados emitidos por ano	384	1080	1514	1520	1955
Carteiras de vigilantes expedidas por ano	279	1437	455	981	1221
Vistorias realizadas por ano	116	156	184	161	99



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

<b>DADOS ESTATÍSTICOS</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA DELEGACIA	16
EFETIVO DA DELEGACIA	06
<i>AGÊNCIAS BANCÁRIAS</i>	44
<i>POSTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIO</i>	14
<i>CARROS FORTES</i>	18
<i>ARMAS ATIVAS</i>	1234
<i>ARMAS INATIVAS</i>	786
EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	10
<i>EMPRESAS DE TRANSPORTE DE VALORES</i>	02
<i>EMPRESAS DE SEGURANÇA ORGÂNICA</i>	10
<i>CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES</i>	03

<b>TOTAL DE PROCESSOS INSTAURADOS</b>		
<b>ASSUNTO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>TOTAL</b>
<b>AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO</b>	SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	-
	TRANSPORTE DE VALORES	-
	CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES	-
	ESCOLTA ARMADA	-
	SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA	-
	SERVIÇOS ORGÂNICOS DE SEGURANÇA	-
<b>ALTERAÇÃO DE ATOS CONSTITUTIVOS</b>	RAZÃO SOCIAL	-
	ALTERAÇÃO DE SÓCIOS	-
	MUDANÇA DE ENDEREÇO	01
	MUDANÇA DE MODELO DE UNIFORME	02
<b>OUTROS PROCEDIMENTOS</b>	REVISÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	18
	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE SEGURANÇA	14
	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE VISTORIA	18
	COMPRA DE ARMAS, MUNIÇÕES E PETRECHOS DE RECARGA.	17
	AUTOS DE CONSTATAÇÃO DE INFRAÇÃO	05
	CANCELAMENTO/ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES	01
	ENCERRAMENTO DE EMPRESA IRREGULAR	01
	COMUNICAÇÃO DE INCIDENTES COM ARMAS	34
NOTIFICAÇÕES	12	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

OUTRAS ATIVIDADES	
DESCRIÇÃO	TOTAL
VISTORIA DAS INSTALAÇÕES DE EMPRESA DE VIGILÂNCIA E ORGÂNICA	20
VISTORIA DE VEÍCULOS ESPECIAIS DE TRANSPORTE DE VALORES (RETORNO)	18
VISTORIA DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS E PAB'S	58
CARTEIRAS DE VIGILANTES REQUERIDAS	1221
CERTIFICADOS DE VIGILANTES REGISTRADOS	1955
GUIAS DE TRANSFERÊNCIA E/OU TRANSPORTE DE ARMAS EMITIDAS	98
ARMAS E MUNIÇÕES ARRECADADAS	18/50
CONSULTAS / INFORMAÇÕES PRESTADAS SOBRE SEGURANÇA PRIVADA	1000

INDICES ARRECADAÇÃO	
TOTAL DE GARFUNAPOL ARRECADADO	146.848,98
TOTAL DE MULTAS PAGAS	17.512,95
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>164.361,93</b>

Efetivo/Cargo	2004	2005	2006	2007	2008
DPF	01	01	-	01	01
PPF	-	-	-	-	-
APF	01	01	01	02	04
PCF	-	-	-	-	-
AADM	01	01	02	02	02

Fundamentada nas Leis nºs 7.102/1983 e 9.017/1995 a DELESP atua no Controle de Segurança Privada, atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros está prevista no *Plano de Ação Governamental nº 2726 "Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens Serviços e Interesses da União"*.

As atribuições das atividades atribuídas a DELESP e suas projeções nas Descentralizadas envolvem, basicamente, o controle e a fiscalização das atividades de segurança privada desenvolvidas no Estado de Rondônia. Além das operações policiais de rotina, como vistorias bancárias e em empresas, a DELESP também como missão o desenvolvimento de diversas operações de repressão à atividade de segurança clandestina, incluindo fiscalizações em shows, eventos e boates. Em razão de dificuldades a seguir detalhadas, esse tipo de operação ocorreu apenas em uma oportunidade.

Quanto aos índices de desempenho da atividade da DELESP de 2008, conforme detalhado acima os dados informam que houve um significativo aumento no número de carteiras de vigilante expedidas, passando de 981 em 2007 para 1.221 no ano de 2008.

No intuito de incrementar essas atividades de controle e fiscalização, foram treinados e capacitados os servidores designados para as comissões de fiscalização da DELESP na SR/DPF/RO e suas demais projeções nas unidades do interior. Esses servidores participaram de treinamentos para a utilização



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

adequada do novo sistema GESP – Gestão Eletrônica de Segurança Privada. A especializada está recebendo um reforço no efetivo policial, além da contratação de “terceirizados” para atender a demanda apresentada.

**Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH**

OPERAÇÃO/ ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
SAVANA	Porto Velho e demais cidades do interior	Combater a exploração predatória do meio ambiente mediante a corrupção de servidores públicos federais e estaduais.	No dia da deflagração, 05/06/2009, foram cumpridos 10 (dez) mandados de prisão e 30 (trinta) mandados de busca e apreensão no estado de Rondônia e Mato Grosso. Em números finais foram indiciadas cerca de 34 (trinta e quatro) pessoas pela prática de diversos delitos	S
ARCO DE FOGO	Machadinho do Oeste, Cujubim, Nova Mamoré, Guajará-Mirim.	Operação em conjunto com o IBAMA e Força Nacional destinada a coibir a extração e venda ilegal de madeira no Estado.	A instauração de diversos procedimentos criminais e aplicação de várias multas pelo IBAMA.	N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Efetivo/Cargo	2006	2007	2008
DPF	2	2	4
PPF	0	0	0
APF	2	3	3
PCF	0	0	0
AADM	0	0	0

A DELEMAPH tem como atribuição a apuração de delitos relacionados ao meio ambiente, praticados em detrimento ao equilíbrio dos ecossistemas, fauna, flora e recursos minerais, além de ilícitos perpetrados contra o patrimônio público como ações de vandalismo, depredação contra monumentos, jardins e construções, roubos e furtos de relíquias, peças, acervo bibliográfico e documental, todos de reconhecido valor histórico e cultural.

Apesar da melhoria de efetivo, número de delegados, necessário o incremento de mais agentes possibilitando uma maior eficiência nas investigações. Observa-se, ainda, a necessidade de disponibilização de cursos de aperfeiçoamento na área. A título de resultado a deflagração da OPERAÇÃO SAVANA possibilitou a descoberta de um grande esquema de diminuição de multas e liberação de empresas de forma fraudulenta no IBAMA e na Secretaria Estadual do Meio Ambiente por meio da atuação de dois procuradores federais e um assessor jurídico estadual.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

Desvendou-se, ainda, um grande esquema perpetuado durante a transferência do sistema de controle ambiental do IBAMA para a SEDAM onde foram lançados mais de 249.000 (duzentos e quarenta e nove mil) m<sup>3</sup> de madeira. Em números finais foram indiciadas cerca de trinta e quatro pessoas pela prática de diversos delitos correlacionados à exploração ilegal do meio ambiente, dentre eles: procuradores federais, advogados, contadores, empresários, funcionários públicos.

Ressalto que o inquérito resultante da OPERAÇÃO SAVANA, IPL n.º 112/2007-DPF/SR/RO, foi relatado em 27/06/2008 e encaminhado ao Juízo Federal da 1ª Vara de Porto Velho onde encontra-se em segredo de justiça. Entretanto, necessário se faz a instauração de aproximadamente 600 (seiscentos) procedimentos destinados a apurar responsabilidade penal na inserção indevida de créditos no sistema de controle ambiental da Secretaria Estadual do Meio Ambiente por parte de empresários madeireiros, engenheiros florestais e funcionários públicos, conforme auditoria elaborada pelo órgão estadual.

### Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM

I - Cadastramento de Armas em 2008									
Descrição	Apreensões	Furtos e Roubos	Extravios	Devolvidas	Recuperadas de Furtos	Encaminhadas ao SFPC	Transferidas	Entregues para Indenização	Registros
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>38</b>	<b>17</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>81</b>	<b>66</b>	<b>3</b>	<b>1029</b>

II – Expedição de Documentos								
Descrição	Autorização de Trânsito	Portes Deferidos	Registros Deferidos	Registros Indeferidos	Registros de Armas Expedidos	Autorização compra Arma de fogo	Autorização Transferência Arma de Fogo	Autorização Compra de Munição
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>17</b>	<b>1029</b>	<b>-</b>	<b>1029</b>	<b>29</b>	<b>66</b>	<b>95</b>

Efetivo/Cargo	2008
DPF	1
EPF	1
APF	2
AADM	1
Estagiario	1
Terceirizado	1

A atividade a cargo da DELEARM – Delegacia Especializada na Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas está prevista no *Plano de Ação Governamental n.º 2680 - Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro*, a qual tem a finalidade de combater o crime organizado em todas as suas modalidades, notadamente **O TRÁFICO ILÍCITO DE ARMAS E DE ENTORPECENTES**, o roubo de cargas e a lavagem de dinheiro, atuando de forma integrada com outros órgãos, como Forças Armadas, Receita Federal, Banco Central, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Estaduais e outros. Por sua vez, o mencionado Plano de Ação está inserido no Programa 0662 - **Combate à Criminalidade**, que tem por objetivo intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

Repressão a Entorpecentes – DRE

OPERAÇÃO/ ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
TRÊS PONTAS	RO, PA e Nordeste	Investigava quadrilha especializada em remeter cocaína de RO para PA e Nordeste.	Apreensão de 13 Kg de cocaína (prejuízo para os traficantes de R\$40.000,00).	N
TROVÃO	RO, PA, MA e Nordeste	Investigava quadrilha especializada em remeter cocaína de RO para PA, MA e Nordeste.	Apreensão de 12 Kg de cocaína (prejuízo para os traficantes de R\$38.000,00).	N
CAFÉ COM LEITE I	RO	Investigava quadrilha especializada em remeter maconha do MS para RO.	Apreensão de 169 Kg de maconha (prejuízo para os traficantes de R\$155.000,00).	N
TRÊS PONTAS II	RO e PA	Investigava quadrilha especializada em remeter cocaína de RO para PA.	Apreensão de 43Kg de cocaína (prejuízo para os traficantes de R\$149.000,00).	N
PEDRAS NEGRAS	RO	Patrulhamento fluvial na divisa Brasil-Bolívia, em conjunto com a polícia e a marinha bolivianas.	Intercâmbio com a Polícia Nacional da Bolívia.	N
CAFÉ COM LEITE II	RO	investigava quadrilha especializada em remeter maconha do MS para RO.	Apreensão de 139 Kg de maconha (prejuízo para os traficantes de R\$131.000,00).	N
ANDRADE II	RO	Investigava quadrilha especializada em remeter cocaína de Guajará-Mirim para o Nordeste.	Apreensão de 12 Kg de cocaína (prejuízo para os traficantes de R\$50.000,00).	N
TRÊS PONTAS III	RO e PA	Investigava quadrilha especializada em remeter cocaína de RO para PA.	Apreensão de 21 Kg de cocaína (prejuízo para os traficantes de R\$124.000,00).	N
DENTES DE LEÃO	RO e CE	Investigava quadrilha especializada em remeter cocaína de RO para CE.	Apreensão de 42 Kg de cocaína (prejuízo para os traficantes de R\$226.000,00).	S
NOVO ELDORADO	RO	Investigava quadrilha especializada em remeter cocaína de RO para outros Estados.	Apreensão de 72 Kg de cocaína (prejuízo para os traficantes de R\$266.000,00).	S

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

### Índices

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
COCAÍNA (KG)	151,68	317,90	998,05	2.159,40	<b>1.234,00</b>
CRACK (KG)	-	2,08	-	-	-
HAXIXE (KG)	-	-	-	-	-
L.S.D. (UN)	-	-	-	-	-
LANÇA PERFUME (FR)	-	-	-	-	-
M.D.M.A. (UN) – Exctase	-	-	-	-	-
MACONHA (KG)	2,11	58,25	69,51	113,50	<b>363,73</b>
MERLA (KG)	-	-	-	-	-
PASTA BASE (KG)	-	-	-	-	-
PÉS DE MACONHA (UN)	-	-	-	-	-
PSICOTRÓPICOS (UN)	-	-	-	-	-
SEMENTE DE MACONHA (KG)	-	-	-	-	-
CLORETO DE ETILA (L)	-	36	-	-	-
HEROÍNA (KG)	-	-	-	-	-

- Engloba as atividades de todas as unidades do DPF em RO.
- Em 2008 os sistemas de interceptação de comunicações apresentaram diversas quebras (decorrente de hardware obsoleto), estando paralisados os equipamentos das DPF's GMI e JPR, bem como o equipamento da DPF/VLA/RO está funcionando com apenas 50% da capacidade.

**Obs. O efetivo disponível para o trabalho investigativo em 2007 era de 14 policiais, enquanto que em 2008 esse número caiu para 9 policiais.**

A atividade a cargo da DRE – Delegacia de Repressão a Entorpecentes - está prevista no *Plano de Ação Governamental nº 2680 - Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro*, a qual tem a finalidade de combater o crime organizado em todas as suas modalidades, notadamente **O TRÁFICO ILÍCITO** de armas E DE ENTORPECENTES, o roubo de cargas e a lavagem de dinheiro, atuando de forma integrada com outros órgãos, como Forças Armadas, Receita Federal, Banco Central, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Estaduais e outros. Por sua vez, o mencionado Plano de Ação está inserido no Programa 0662 - **Combate à Criminalidade**, que tem por objetivo intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

A constante redução de efetivo, entre outros fatores, vem refletindo negativamente na produtividade da delegacia. Ressalta-se, porém que apesar da redução na quantidade de cocaína apreendida em 2008, em comparação com 2007, o valor Total ainda é o segundo maior da história deste Estado. Além disso, a especializada continua tendo de atuar em investigações de competência de outras especializadas, bem como tem prestado apoio a diversas unidades do Brasil.

#### Controle e Fiscalização de Produtos Químicos

ATIVIDADES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
EMPRESAS FISCALIZADAS	N/D	N/D	23	47	<b>4</b>
CADASTROS APROVADOS	37	42	42	44	<b>22</b>
LICENÇAS RENOVADAS	13	39	65	68	<b>22</b>
AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS EMITIDAS – IMPORTAÇÃO	0	0	0	0	<b>0</b>
AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS EMITIDAS – EXPORTAÇÃO	0	0	142	145	<b>193</b>
AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS EMITIDAS	0	0	0	0	<b>0</b>
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (LÍQUIDO - L)	3,00	N/D	N/D	N/D	<b>0</b>
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (SÓLIDO -KG)	N/D	N/D	N/D	N/D	<b>0</b>
VALORES ARRECADADOS – TAXAS (Em milhares de R\$)	64,8	61,2	76,8	76,05	<b>29,8</b>
VALORES ARRECADADOS – MULTAS*	N/D	N/D	N/D	N/D	<b>N/D</b>

- engloba as atividades de todas as unidades do DPF em RO.
- As fiscalizações em empresas (atividade administrativa) foram suspensas por falta de efetivo, o qual está todo empenhado nas atividades policiais.

\* As multas são centralizadas na DCPQ/CGPRE/DCOR, em Brasília/DF.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

Efetivo/Cargo	2006	2007	2008
DPF	1	1	1
EPF	2	2	1
PPF	1	0	0
APF	12	11	9
PCF	0	0	0
AADM	1	1	1

A atividade de controle de Precursores Químicos corresponde a contida no **Plano de Ação Governamental nº 2679 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PRECURSORES QUÍMICOS**, que, por sua vez, está inserido no **Programa 0662** do Plano Plurianual a cargo do Departamento de Polícia Federal - **“Combate à Criminalidade”**.

A atividade de controle de Precursores Químicos é uma atribuição exercida pela Polícia Federal e tem como escopo principal controlar o uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de substâncias entorpecentes, sendo importante a atividade para o combate ao tráfico de drogas. Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos.

As principais ações dessa atividade de controle, fundamentadas na Lei nº 10.357/2001, podem ser resumidas na realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Além dessas ações, a atividade também promove o controle administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando à apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

**DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM GUAJARÁ-MIRIM**

Atividades desenvolvidas

<b>I – Gabinete Chefia</b>	
MÊS	Inquéritos distribuídos
JANEIRO	08
FEVEREIRO	07
MARÇO	20
ABRIL	14
MAIO	09
JUNHO	07
JULHO	21
AGOSTO	09
SETEMBRO	32
OUTUBRO	15
NOVEMBRO	23
DEZEMBRO	47
<b>Total</b>	<b>212</b>

<b>II – Núcleo de Operações (2008)</b>			
Descrição	Intimações realizadas	Escolta de presos	Mandados de Busca e Apreensão Cumpridos
<b>Total</b>	<b>499</b>	<b>02</b>	<b>16</b>

<b>III – INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS (2008)</b>								
Descrição	DELEFAZ		DRE		DELINST		DELEMAPH	
	Flag.	Port.	Flag.	Port.	Flag.	Port.	Flag.	Port.
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>	<b>121</b>	<b>31</b>	<b>22</b>		<b>07</b>		<b>18</b>

<b>IV – INQUÉRITOS POLICIAIS RELATADOS (2008)</b>					
Descrição	DELEFAZ	DRE	DELINST	DELEMAPH	DELEPREV
<b>TOTAL</b>	<b>111</b>	<b>43</b>	<b>01</b>	<b>10</b>	<b>01</b>

<b>V – Entorpecentes (2008)</b>				
Descrição	Número de Indiciados	Número de Presos	Quantidade de Droga Apreendida	Bens Apreendidos
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>40</b>	<b>92,6 Kg</b>	<b>06 motos e 04 carros</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

VI – SINARM (2008) / Cadastramento de Armas											
DESCRIÇÃO	Apreensões	Furtos	Perdidas	Devolvidas	Recuperadas de Furtos	Encaminhadas ao SFPC	Transferidas	Entregues para Indenização	Portes	Registros	
<b>TOTAL</b>						<b>1</b>		<b>7</b>			

VII – SINARM (2008) / Expedição de Documentos									
MÊS	Autorização de Trânsito	Portes Deferidos	Portes Indeferidos	Registros Deferidos	Registros Indeferidos	Registros de Armas Expedidos	Autorização compra Arma de fogo	Autorização Transferência Arma de Fogo	Autorização Compra de Munição
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	-	-	-	-	<b>7</b>	-	-	-

VIII – Inquéritos de Expulsão (2008)		
MÊS	IPL's Instaurados	IPL's Relatados
<b>TOTAL</b>	-	-

IX – Procedimentos de deportação em 2008		
MÊS	Instaurados	Concluídos
<b>TOTAL</b>	<b>04 refúgios</b>	-

X – Passaportes (2008)						
DESCRIÇÃO	Expedidos	Expedidos com taxa em dobro	Inutilizados	Cancelados	Cancelados por erro de ofício	Arrecadação de taxas de passaportes
<b>TOTAL</b>	<b>195</b>	<b>03</b>		<b>01</b>		<b>30.901,86</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

MÊS	Pedidos Permanência com base em casamento (reunião familiar)	Expedição CIE's Temporários	Expedição CIE's Permanentes	Registro de Temporários (especificar tipo)	Registro de Permanentes	Prorrogação Prazo Permanência Turistas	Prorrogação Prazo Temporário	Recadastramento	Pedido Naturalização
JANEIRO	00		00	00	00				
FEVEREIRO	07		05	01 VII	05				
MARÇO	03		02	03 I	02				
ABRIL	05		01	00	01				
MAIO	02		02	00	02		02		
JUNHO	05		07	00	07		01		
JULHO	05		07	00	07		03		
AGOSTO	02	02	04	02 I	04		00		
SETEMBRO	05		03	01 VII	03		03		
OUTUBRO	08		01	05 I	01		02		
NOVEMBRO	01		01	00	01	01	01		
DEZEMBRO	03	01	01	01 VII	01		03		
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>	<b>03</b>	<b>34</b>		<b>34</b>	<b>01</b>	<b>15</b>		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

<b>XII – Migração – continuação (2008)</b>									
MÊS	Registro Provisório (Acordo Brasil / Bolívia)	Registro de entrada de estrangeiros	Registro de saída de estrangeiros	Registro de entrada de brasileiros	Registro de saída de brasileiros	Auto Infração multa não recolhida	Auto Infração multas recolhidas	2ª Via de CIEP	Arrecadação de multas
JANEIRO	00	449	350	092	180	04	07		397,39
FEVEREIRO	08	306	222	085	328	02	05		422,34
MARÇO	02	320	297	066	134	07	03		206,95
ABRIL	05	290	200	072	108	11	07	01	1.407,18
MAIO	00	220	243	061	097	04	06		678,76
JUNHO	01	248	174	055	101	01	03		372,50
JULHO	00	298	253	201	277	01	09		919,03
AGOSTO	01	293	176	107	265	01	06		695,37
SETEMBRO	04	257	254	095	096	04	07		1.663,78
OUTUBRO	00	346	207	076	109	04	12	01	1.042,96
NOVEMBRO	00	272	220	088	089	07	10		1.291,32
DEZEMBRO	00	282	207	118	130	05	07		1.100,89
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>3.581</b>	<b>2.803</b>	<b>1.116</b>	<b>1.914</b>	<b>51</b>	<b>82</b>	<b>02</b>	<b>10.198,47</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

<b>XIII – Atividades Operacionais – Migração (2008)</b>					
DESCRIÇÃO	Visitas estrangeiros	a Diligências estrangeiros	sobre Intimações casos de expulsão	Deportados	Diligências/ informações vinculadas à INTERPOL
<b>TOTAL</b>	<b>82</b>	<b>83</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>02</b>

<b>XIV – Controle de Segurança Privada (2008)</b>									
DESCRIÇÃO	Vistoria renovação plano de segurança	Vistoria renovação Alvará Serviço Orgânico	Vistoria instalação física para renovação certificado segurança	Vistoria renovação certificado vistoria de veículo	Parecer saneamento processo compra de armas e munições	Parecer renovação portaria plano segurança	Parecer renovação alvará funcionamento serviço orgânico segurança	Parecer para autorização de funcionamento	Parecer renovação certificado de vistoria veículo
<b>TOTAL</b>	<b>03</b>	-	-	-	-	-	-	-	-

<b>XV – Controle de Segurança Privada – continuação (2008)</b>									
DESCRIÇÃO	Emissão alvará funcionamento serviço orgânico	Emissão certificado segurança	Emissão portaria plano segurança	Emissão certificado vistoria veículo	Emissão de declaração ou certidão	Encerramento de atividades clandestinas	Alteração de atos constitutivos	Emissão de carteira nacional vigilante - CNV	
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-	<b>03</b>	-	-	

<b>XVI – Controle de Segurança Privada – continuação (2008)</b>			
DESCRIÇÃO	Registro de certificado de formação de vigilante	Registro profissional de vigilante em CTPS	Valores arrecadados
<b>TOTAL</b>	-	<b>01</b>	-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

<b>XVII – Quantidade de inquéritos policiais em andamento</b>	
MÊS	Quantidade
JANEIRO	114
FEVEREIRO	123
MARÇO	135
ABRIL	141
MAIO	150
JUNHO	163
JULHO	170
AGOSTO	176
SETEMBRO	187
OUTUBRO	197
NOVEMBRO	209
DEZEMBRO	216

<b>XVIII - Efetivo da Delegacia</b>						
DPF	APF	EPF	PPF	PCF	ADM	Estagiário
03	14	03	00	00	03	01

Na área de Polícia de Defesa Institucional, entre as atividades desempenhadas no ano de 2008, destaca-se o apoio à Justiça eleitoral, durante as eleições municipais de outubro, nos Municípios de Nova Mamoré e Guajará-Mirim, com o cumprimento de mandados de busca e apreensão, investigações de compra de votos e propaganda eleitoral irregular, práticas comuns na região, atividades estas, que resultaram em inúmeros Termos Circunstanciados e Inquéritos Policiais instaurados pela Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim/RO.

Muitas foram às denúncias de desmatamento, garimpo e posse de armas, em reservas indígenas, as quais não foram investigadas a contento, em razão das deficiências de pessoal e equipamento e também em razão das dificuldades de acesso.

Na área de Imigração houve um considerável aumento na execução das atividades que realizam o controle do direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros, cumprindo as regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território nacional. Com os recentes problemas políticos na vizinha Bolívia, intensificou-se a entrada de bolivianos no Brasil, bem como a volta de brasileiros que lá residiam.

Na área de Polícia Fazendária foram iniciadas muitas investigações para apurar crimes de sonegação fiscal e corrupção passiva e ativa. As investigações revelaram esquemas fraudulentos na utilização dos benefícios e incentivos fiscais concedidos a empresas com atuação no Estado de Rondônia.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

Iniciaram-se várias investigações sobre empresas “fantasmas”, comuns na em Guajará-Mirim, usadas apenas carimbar notas fiscais e sonegar impostos.

Na área da Proteção ao Meio Ambiente mantiveram-se as ações no Município de Nova Mamoré, onde toda a economia local se desenvolve em torno das madeireiras. Na segunda metade do ano de 2008 a Operação Arco-de-Fogo desembarcou no Município de Nova Mamoré e posteriormente no Município de Guajará-Mirim. Coordenada e operacionalizada por policiais que não atuam na área e não conhecem a região, a Operação trouxe como resultado, para a Delegacia de Guajará-Mirim, dezenas de Termos Circunstanciados mal-instruídos, os quais resultaram em reclamações por parte do Ministério Público local, pela falta de provas para as denúncias. Além disso, a Operação Arco-de-Fogo deixou o saldo de três viaturas (caminhonetes) da Delegacia de Guajará-Mirim inutilizadas.

As madeireiras paralisaram suas atividades ilegais durante a Operação Arco-de-Fogo, mas com o fim da Operação devem voltar à plena atividade delitiva.

Na área da DELEARM foram realizados, nos últimos meses do ano, grande quantidade de recadastramentos de armas, em razão do término do prazo para tal, demandando tempo e recursos humanos da Delegacia.

Na área da DRE, apesar dos esforços da equipe de inteligência, houve um decréscimo na quantidade de drogas apreendidas em relação ao ano de 2007. A equipe de inteligência de Guajará-Mirim carece de experiência e conhecimento da comunidade, sendo que nenhum dos policiais possui mais de três anos na lotação, problema este, aliás, comum a todos os policiais da Delegacia. Também o equipamento usado pelo NI da Delegacia não é compatível com as necessidades, com reduzido número de canais de áudio, além da perda constante de equipamentos, em razão das constantes variações de tensão elétrica, comuns em Guajará-Mirim.

Na área de controle de produtos químicos, a Delegacia tem ficado anualmente encarregada da Coordenação da Operação Seis Fronteiras, fato que trouxe alguns frutos para a Descentralizada, como a viatura recebida, destinada à fiscalização.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM JI-PARANÁ

I – Gabinete Chefia	
MÊS	Inquéritos distribuídos
JANEIRO	17
FEVEREIRO	27
MARÇO	137
ABRIL	38
MAIO	14
JUNHO	24
JULHO	18
AGOSTO	16
SETEMBRO	08
OUTUBRO	41
NOVEMBRO	08
DEZEMBRO	10
TOTAL	341

II – Núcleo de Operações

Mês	Segurança de Dignitário	Intimações realizadas	Relatórios de diligências e informações	Escolta de presos	Mandados de Busca e Apreensão Cumpridos	Cumprimento de Mandado de Prisão Preventiva	Cumprimento de Mandado de Prisão Temporária	Apoio às Delegacias da SR e outros órgãos (especificar a Delegacia ou órgão)
Janeiro	00	28	18	00	00	01	00	Vide obs
Fevereiro	00	21	16	00	00	00	00	Vide obs
Março	00	23	19	00	00	00	00	Vide obs
Abril	00	40	39	03	00	01	00	Vide obs
Maio	00	34	30	01	00	02	00	Vide obs
Junho	00	12	10	02	00	00	00	Vide obs
Julho	00	49	25	00	00	00	00	Vide obs
Agosto	01	30	19	00	00	00	00	Vide obs
Setembro	00	26	14	00	00	01	00	Vide obs
Outubro	00	32	16	00	00	01	00	Vide obs
Novembro	00	57	23	03	00	00	00	Vide obs
Dezembro	00	28	12	00	00	01	00	Vide obs
TOTAL	1	380	241	9	0	7	0	

Obs: Além das missões em caráter permanente de 05 APF's (descrito nas considerações ao final) o NO ainda liberou:

- 1) 01 EPF BAN/DRCOR/SR/DPF/RO – abr-maio-junho/2008
- 2) 01 APF DRE/SR/DPF/RO – abr-maio-junho/2008
- 3) 01 APF DDH/CGDI/DIREX/DPF – jan-fev-ag-set-out-nov/08
- 4) 01 APF DRE/SR/DPF/AM – nov/2008
- 5) 01 APF DRE/SR/DPF/BA – nov-dez/2008



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

<b>III – INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS (2008)</b>																			
MÊS	DELEFAZ		DRE		DELINST		DELEMAPH		DELESP		DELEMIG		DELEARM		DELEPAT		DELEPREV		
	Flag.	Port.	Flag.	Port.	Flag.	Port.	Flag.	Port.	Flag.	Port.	Flag.	Port.	Flag.	Port.	Flag.	Port.	Flag.	Port.	
JANEIRO	-	7	1	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
FEVEREIRO	-	10	7	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MARÇO	-	63	4	-	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
ABRIL	-	52	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MAIO	-	13	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
JUNHO	-	44	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
JULHO	-	15	4	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
AGOSTO	-	18	3	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SETEMBRO	-	12	2	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTUBRO	-	4	1	-	-	19	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVEMBRO	-	10	-	1	-	12	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEZEMBRO	-	2	3	2	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	250	32	6	-	71	-	6	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	28

<b>IV – INQUÉRITOS POLICIAIS RELATADOS (2008)</b>									
MÊS	DELEFAZ	DRE	DELINST	DELEMAPH	DELESP	DELEMIG	DELEARM	DELEPAT	DELEPREV
JANEIRO	20	04	01	-	-	-	-	-	01
FEVEREIRO	08	04	01	-	-	-	-	-	-
MARÇO	68	02	01	-	-	-	-	-	-
ABRIL	98	05	51	-	-	-	-	-	-
MAIO	19	05	11	-	-	01	-	-	03
JUNHO	15	01	02	-	-	-	-	-	-
JULHO	10	02	05	-	-	-	-	-	-
AGOSTO	07	06	02	-	-	-	-	-	02
SETEMBRO	26	02	01	-	-	-	-	-	01



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

OUTUBRO	01	03	-	-	-	-	-	-	-
NOVEMBRO	10	01	01	-	-	01	-	-	01
DEZEMBRO	-	-	02	-	-	-	-	-	-
TOTAL	282	35	78	0	0	02	0	0	08

**V – SINARM (2008) / Cadastramento de Armas**

MÊS	Apreensões	Furtos	Perdidas	Devolvidas	Recuperadas de Furtos	Encaminhadas ao SFPC	Transferidas	Entregues para Indenização	Portes	Registros
JANEIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
FEVEREIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
MARÇO	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1
ABRIL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
MAIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
JUNHO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
JULHO	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3
AGOSTO	1	0	0	0	0	0	3	1	0	18
SETEMBRO	3	0	0	0	0	0	1	6	0	28
OUTUBRO	0	0	6	0	0	0	3	0	0	22
NOVEMBRO	0	3	1	0	0	0	2	1	0	139
DEZEMBRO	0	0	0	0	0	0	0	9	0	473
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>687</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

VI – SINARM (2008) / Expedição de Documentos									
MÊS	Autorização de Trânsito	Portes Deferidos	Portes Indeferidos	Registros Deferidos	Registros Indeferidos	Registros de Armas Expedidos	Autorização compra Arma de fogo	Autorização Transferência Arma de Fogo	Autorização Compra de Munição
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

VII – ENTORPECENTES (2008)				
MÊS	Número de Indiciados	Número de Presos	Quantidade de Droga Apreendida	Bens Apreendidos
JANEIRO	02	02	6,400 kg (cocaína)	-
FEVEREIRO	12	12	38,035 kg (cocaína/maconha)	02 automóveis
MARÇO	06	06	34,875 kg (cocaína)	03 automóveis
ABRIL	03	03	2,590 kg (cocaína)	-
MAIO	08	08	75,900 kg (cocaína)	01 caminhão, 01 camionete, 01 motocicleta
JUNHO	04	04	8,380 kg (cocaína)	01 automóvel
JULHO	04	04	15,520 kg (cocaína)	01 motocicleta
AGOSTO	05	05	12,000 kg (cocaína)	-
SETEMBRO	02	02	3,340 kg (cocaína)	-
OUTUBRO	01	01	4,300 kg (cocaína)	-
NOVEMBRO	-	-	-	-
DEZEMBRO	03	03	102,060 kg (cocaína/maconha)	-
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>303,400 kg (cocaína/maconha)</b>	<b>06 automóveis, 01 camionete, 01 caminhão, 02 motocicletas</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

<b>VIII – Inquéritos de expulsão (2008)</b>		
MÊS	IPL's Instaurados	IPL's Relatados
JANEIRO	0	0
FEVEREIRO	0	0
MARÇO	0	0
ABRIL	0	0
MAIO	0	0
JUNHO	0	0
JULHO	0	0
AGOSTO	0	0
SETEMBRO	0	0
OUTUBRO	0	0
NOVEMBRO	0	0
DEZEMBRO	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>IX – Procedimentos de deportação em 2008</b>		
MÊS	Instaurados	Concluídos
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>X – Passaportes (2008)</b>						
MÊS	Expedidos	Expedidos com taxa em dobro	Inutilizados	Cancelados	Cancelados por erro de ofício	Arrecadação de taxas de passaportes
JANEIRO	431	26	0	0	0	90.143,82
FEVEREIRO	309	11	0	0	0	51.659,17
MARÇO	286	10	0	0	0	43.855,67
ABRIL	358	8	0	0	0	53.063,73
MAIO	335	15	0	0	0	55.342,35
JUNHO	263	4	0	0	0	40.613,02
JULHO	279	14	0	0	0	48.381,70
AGOSTO	214	13	0	0	0	32.665,38
SETEMBRO	202	8	0	0	0	34.179,33
OUTUBRO	221	11	0	0	0	35.880,49
NOVEMBRO	215	4	0	0	0	36.364,21
DEZEMBRO	147	12	0	0	0	29.652,93
<b>TOTAL</b>	<b>3260</b>	<b>136</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>551.801,80</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

<b>XI – MIGRAÇÃO (2008)</b>									
Descrição	Pedidos Permanência com base em casamento (reunião familiar)	Expedição CIE's Temporários	Expedição CIE's Permanentes	Registro de Temporários (especificar tipo)	Registro de Permanentes	Prorrogação Prazo Permanência Turistas	Prorrogação Prazo Temporário	Recadastramento	Pedido Naturalização
<b>TOTAL</b>	27	0	17	0	17	27	15	7	7

<b>XII – MIGRAÇÃO – continuação (2008)</b>									
Descrição	Registro Provisório (Acordo Brasil / Bolívia)	Registro de entrada de estrangeiros	Registro de saída de estrangeiros	Registro de entrada de brasileiros	Registro de saída de brasileiros	Auto Infração multa não recolhida	Auto Infração multas recolhidas	2ª Via de CIEP	Arrecadação de multas em R\$
<b>TOTAL</b>	0	0	0	0	0	44	10	7	2.640,62

<b>XIII – ATIVIDADES OPERACIONAIS – MIGRAÇÃO (2008)</b>						
Descrição	Visitas a estrangeiros	Diligências sobre estrangeiros	Intimações casos de expulsão	Deportados	Diligências/ informações vinculadas à INTERPOL	
<b>TOTAL</b>	40	57	0	0	0	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

**XIV – CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA (2008)**

Descrição	Vistoria renovação plano de segurança	Vistoria renovação Alvará Serviço Orgânico	Vistoria instalação física para renovação certificado segurança	Vistoria renovação certificado vistoria de veículo	Parecer saneamento processo compra de armas e munições	Parecer renovação portaria plano segurança	Parecer renovação alvará funcionamento serviço orgânico segurança	Parecer para autorização de funcionamento	Parecer renovação certificado de vistoria veículo
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>29</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>

**XV – CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA – continuação (2008)**

Descrição	Emissão alvará funcionamento serviço orgânico	Emissão certificado segurança	Emissão portaria plano segurança	Emissão certificado vistoria veículo	Emissão de declaração ou certidão	Encerramento de atividades clandestinas	Alteração de atos constitutivos	Emissão de carteira nacional vigilante - CNV
<b>TOTAL</b>	<b>01</b>	<b>03</b>	<b>23</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

<b>XVI – CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA – continuação (2008)</b>			
Descrição	Registro de certificado de formação de vigilante	Registro profissional de vigilante em CTPS	Valores arrecadados
TOTAL	465	469	2473,80

<b>XVII – Quantidade de inquéritos policiais em andamento</b>	
Total	694

<b>XVIII - Efetivo da Delegacia (em dezembro/2008)</b>						
DPF	APF	EPF	PPF	PCF	ADM	Estagiários
5	22	7	1	0	2	3

A Delegacia de Polícia Federal de Ji-Paraná possui 18 municípios em sua circunscrição, estando situada numa região do Estado de Rondônia bastante povoada, com várias áreas indígenas e áreas de proteção ambiental da União. A economia da região depende prioritariamente da pecuária e da extração de madeira. A conjugação da falta de outras atividades econômicas com a escassez de madeira legal para exploração resulta em inúmeros ilícitos penais envolvendo ocupação de terras da união e extração ilegal de madeira em áreas de preservação ambiental e terras indígenas. Apesar de a maioria dos IPL's terem sido lançados no SINPRO como referentes à DELEFAZ estima-se que aproximadamente 30% dos IPL's em curso nesta DPF/JPN/RO são de crimes contra o meio ambiente. A vasta e inóspita região dificultam a ação de repressão aos delitos ambientais, por exigir veículos especiais para trafegar, recursos materiais específicos e treinamento de pessoal para operações em região de floresta amazônica, além de exigir um quantitativo razoável de efetivo policial nas operações, mormente pelo risco de enfrentamento com madeireiros, índios que participam do comércio ilegal de madeira ou diamantes, além do risco sempre presente de cruzar com traficantes de cocaína armados nas linhas rurais.

A DPF/JPN/RO atrai para suas instalações a demanda não só dos habitantes de municípios de sua circunscrição como também de municípios de circunscrição da DPF/VLA/RO e até da SR/DPF/RO, em razão de estar mais próxima a alguns desses municípios que as unidades com circunscrição sobre os mesmos, tais como: Pimenta Bueno, Espigão do Oeste, Nova Brasilândia do Oeste, Rolim de Moura e Alto Paraíso. A grande quantidade de IPL's e as Atividades de Polícia Administrativa aliada à insuficiência de policiais efetivamente em exercício na DPF/JPN/RO (certamente a demanda de serviço por policial efetivamente em exercício é extremamente superior à das demais Delegacias de Rondônia e do que a SR/DPF/RO) traz como consequência uma atuação reativa desta Delegacia, sequer conseguindo atender às



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

demandas dos órgãos externos (Ministério Público Estadual e Federal, IBAMA, FUNAI, INCRA, Caixa Econômica Federal, etc.).

Do quantitativo oficial de servidores lotados nesta Delegacia de Polícia Federal em dezembro de 2008 vale ressaltar que a DPF CAROLINA THAIS PATRIOTA DA SILVA MARTINS não desempenhou e não desempenha suas funções nesta descentralizada, estando em missão permanente na DDH/CGDI/DIREX. Também estão permanentemente em missão 05 APF's (02 no CONFRON da Operação BRABO em Costa Marques/RO, 01 na Operação Roosevelt, 01 na operação UPATAKON e 01 na Operação Arco de Fogo) e 01 EPF (Operação Roosevelt), além da APF CINTIA DE OLIVEIRA CIMAS encontrar-se afastada preventivamente. Em relação ao quantitativo de DPF's e EPF's a atual situação da DPF/JPN/RO é ainda mais precária que em relação ao final de 2008, uma vez que houve a remoção do DPF LEONARDO ALMEIDA RODRIGUES e do EPF EDSON RIBEIRO ALVES, além da designação permanente do EPF LEONARDO MACHADO DOS SANTOS e do APF ERLON JOSÉ DA SILVA MARQUES para a Operação Roosevelt.

Durante o ano de 2008 o EIP/DPF/JPN/RO realizou várias operações relacionadas com o tráfico de drogas e uma operação a fim de identificar uma quadrilha responsável pela extração ilegal de diamantes da Reserva Roosevelt, tendo como resultado a prisão de 01 pessoa e pedras de diamante, convém ressaltar que as operações de interceptação telefônica foram prejudicadas, tendo em vista o problema técnico do Sistema Sombra, que só foi sanado em março de 2009.

Destaque para as atividades desenvolvidas no ano de 2008 que seguem:

1- Apoio à Operação Varredura, com envio de 01 servidor da Comissão de Vistoria, nas seguintes cidades e datas:

Recife – março  
Salvador e Curitiba – junho  
São Paulo – julho  
Natal e Fortaleza – dezembro.

2- Realização da Operação Varredura no mês de novembro, com lavratura de quatro autos de encerramento de atividades não autorizadas de segurança privada.

3- Realização da Operação Arma Legal, em toda a circunscrição da DPF/JPN/RO, com a finalidade de facilitar a entrega dos requerimentos de registro de arma de fogo em prol da campanha do desarmamento.

4- Designação de 06 APF's para acompanhamento do vestibular da UNIR, visando prevenir e identificar ilícitos na realização do certame.

5- Deslocamento de equipes aos municípios de Ouro Preto do Oeste, Urupá, Presidente Médice, São Miguel do Guaporé e Alvorada do Oeste para acompanhamento de eleições de outubro/2008.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

**DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM VILHENA**

Atividades cujas atribuições correspondem às realizadas no âmbito desta Descentralizada:

GABINETE CHEFIA				
MÊS	OMP's expedidas	OMP's relatadas	Mandados de Prisão recebidos	Inquéritos distribuídos
JANEIRO	10	04	09	-
FEVEREIRO	28	-	14	-
MARÇO	19	02	13	-
ABRIL	13	07	29	-
MAIO	13	04	11	-
JUNHO	12	-	18	-
JULHO	13	04	18	41 <sup>1</sup>
AGOSTO	13	04	19	03
SETEMBRO	26	25	18	19
OUTUBRO	21	14	18	35
NOVEMBRO	22	19	10	03 <sup>2</sup>
DEZEMBRO	14	10	17	-
TOTAL	204	93	194	101

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Passaportes expedidos	845	920	1427	455	1154
Extradições	-	-	-	-	-
Carteiras de estrangeiros	-	-	-	-	-
Deportações	-	-	03	04	02
Expulsões	-	-	02	03	-
Repatriações	-	-	-	-	-

**No tocante a repressão a Crimes Previdenciários**

ITEM	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Quantidade de IPL's instaurados	2	2	4	7	12
Quantidade de IPL's relatados	3	2	-	5	4
Quantidade de IPL's em andamento	-	-	-	-	-
Estimativa de valores apurados nos inquéritos policiais em R\$					-

<sup>1</sup> Esta Autoridade Policial assumiu a Chefia desta Delegacia em 09.07.2008

<sup>2</sup> Esta Autoridade Policial viajou a serviço para a SR/DPF/RJ em 14.11.2008, permanecendo a disposição da COR/SR/DPF/RJ até o dia 30.12.2008.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

**No tocante a repressão a Crimes Fazendários**

ITEM	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Quantidade de IPL's instaurados	172	144	135	225	187
Quantidade de IPL's relatados	94	108	128	159	188
Quantidade de IPL's em andamento	-	-	-	-	- <sup>3</sup>

**Índices**

ITEM	TIPIFICAÇÃO		Quantidade
	Tipo	Crime	
01	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	
02	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	56
03	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	109
04	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	24
05	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	12
06	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	19
07	Art. 155 (C.P.B)	Furto	37
08	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	290
09	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	163
10	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	136
11	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	5
12	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	1
13	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Documento Público	116
14	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	14
15	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	1
16	Art.342 (C.P.B)	Falso Testemunho	11
17	Art. 293 (C.P.B)	Falsificação de Papéis Públicos	-
18	Outros	Diversos	-
<b>TOTAL</b>			

**No tocante a Defesa Institucional**

ITEM	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Quantidade de IPL's instaurados	41	21	06	05	39
Quantidade de IPL's relatados	24	19	33	22	26
Quantidade de IPL's em andamento	-	-	-	-	- <sup>4</sup>

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Segurança de Dignitários	-	-	-	1	-

<sup>3</sup> Não é possível determinar por consulta aos sistemas informatizados o número de IPL's em andamento

<sup>4</sup> Não é possível determinar por consulta aos sistemas informatizados o número de IPL's em andamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

	QUANTIDADE				
Proteção de testemunhas ameaçadas	-	-	-	-	-
Registros de arma expedidos	-	-	-	-	-
Portes de arma expedidos	-	-	-	--	-

**No tocante ao Controle de Segurança Privada**

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Aplicação de multas por ano	-	-	-	-	-
Certificados emitidos por ano	-	-	-	-	45
Carteiras de vigilantes expedidas por ano	-	-	-	-	13
Vitorias realizadas por ano	-	-	-	13	20

DADOS ESTATÍSTICOS	TOTAL
MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA DELEGACIA	19
EFETIVO DA DELEGACIA	36
<i>AGÊNCIAS BANCÁRIAS</i>	26
<i>POSTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIO</i>	04
<i>CARROS FORTES</i>	02
<i>ARMAS ATIVAS</i>	447
<i>ARMAS INATIVAS</i>	-
EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	-
<i>EMPRESAS DE TRANSPORTE DE VALORES</i>	02
<i>EMPRESAS DE SEGURANÇA ORGÂNICA</i>	02
<i>CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES</i>	01

TOTAL DE PROCESSOS INSTAURADOS:		
ASSUNTO	MODALIDADE	TOTAL
AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	-
	TRANSPORTE DE VALORES	-
	CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES	-
	ESCOLTA ARMADA	-
	SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA	-
	SERVIÇOS ORGÂNICOS DE SEGURANÇA	-
ALTERAÇÃO DE ATOS	RAZÃO SOCIAL	-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

CONSTITUTIVOS	ALTERAÇÃO DE SÓCIOS	-
	MUDANÇA DE ENDEREÇO	-
MUDANÇA DE MODELO DE UNIFORME	-	
OUTROS PROCEDIMENTOS	REVISÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	01
	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE SEGURANÇA	01
	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE VISTORIA	01
	COMPRA DE ARMAS, MUNIÇÕES E PETRECHOS DE RECARGA.	-
	AUTOS DE CONSTATAÇÃO DE INFRAÇÃO	-
	CANCELAMENTO/ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES	19
	ENCERRAMENTO DE EMPRESA IRREGULAR	02
	COMUNICAÇÃO DE INCIDENTES COM ARMAS	-
	NOTIFICAÇÕES	-
OUTRAS ATIVIDADES		
DESCRIÇÃO	TOTAL	
VISTORIA DAS INSTALAÇÕES DE EMPRESA DE VIGILÂNCIA E ORGÂNICA	02	
VISTORIA DE VEÍCULOS ESPECIAIS DE TRANSPORTE DE VALORES (RETORNO)	01	
VISTORIA DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS E PAB'S	33	
CARTEIRAS DE VIGILANTES REQUERIDAS	13	
CERTIFICADOS DE VIGILANTES REGISTRADOS	45	
GUIAS DE TRANSFERÊNCIA E/OU TRANSPORTE DE ARMAS EMITIDAS	-	
ARMAS E MUNIÇÕES ARRECADADAS	11	
CONSULTAS / INFORMAÇÕES PRESTADAS SOBRE SEGURANÇA PRIVADA	-	

ÍNDICES ARRECADAÇÃO:	
TOTAL DE GARFUNAPOL ARRECADADO	57
TOTAL DE MULTAS PAGAS	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>57</b>

**No tocante a repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico**

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
ITEM					
Quantidade de IPL's instaurados	-	-	-	-	14 <sup>5</sup>

<sup>5</sup> Cumpre esclarecer que todos os inquisitivos que tem por objetivo apurar uso e/ou falsificação de ATPF's são inerentes à Fazendária e também, em razão do art. 46 da Lei 9.605/98, ambientais. Preferiu-se incluí-los no primeiro caso.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

ÍNDICES	QUANTIDADE				
Quantidade de IPL's relatados	-	-	-	-	<b>1</b>
Quantidade de IPL's em andamento	-	-	-	-	- <sup>6</sup>

**No tocante a repressão ao Tráfico Ilícito de Armas**

ÍNDICES	QUANTIDADE				
ITEM	2004	2005	2006	2007	2008
Quantidade de IPL's instaurados	-	-	-	-	<b>2</b>
Quantidade de IPL's relatados	-	-	-	1	<b>1</b>
Quantidade de IPL's em andamento	-	-	-	-	- <sup>7</sup>

**Quantidade de armas apreendidas**

TIPO (pistola, revolver, fuzil, etc)	CALIBRE	QUANTIDADE
REVÓLVER	38	7
PISTOLA	9mm	-
PISTOLA	45	-
ESPINGARDA	12	02
ESPINGARDA	20	01
ESPINGARDA	28	02
ESPINGARDA	36	-
ESPINGARDA	32	02
RIFLE	22	-
CARABINA	38	02
FUZIL	223 (ou 5,56mm)	02

**No tocante a repressão a Entorpecentes**

ÍNDICES	QUANTIDADE				
ITEM	2004	2005	2006	2007	2008
Quantidade de IPL's instaurados	16	19	14	23	<b>40</b>
Quantidade de IPL's relatados	10	13	18	23	<b>36</b>
Quantidade de IPL's em andamento	-	-	-	-	- <sup>8</sup>

<sup>6</sup> Não é possível determinar por consulta aos sistemas informatizados o número de IPL's em andamento.

<sup>7</sup> Não é possível determinar por consulta aos sistemas informatizados o número de IPL's em andamento.

<sup>8</sup> Não é possível determinar por consulta aos sistemas informatizados o número de IPL's em andamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

**No tocante a repressão a Crimes Contra o Patrimônio**

ITEM	QUANTIDADE
Inquéritos Instaurados	4
Inquéritos Relatados	
Inquéritos Em Andamento	

Efetivo/Cargo	2004	2005	2006	2007	2008
DPF	03	04	04	03	<b>03</b>
PPF	-	02	01	01	<b>01</b>
APF	18	18	18	16	<b>16</b>
EPF	05	05	04	03	<b>03</b>
AADM	02	02	02	02	<b>02</b>

A Delegacia de Polícia Federal de Vilhena abrange em sua circunscrição 19 municípios, quais sejam: Vilhena, Colorado do Oeste, Cerejeiras, Cabixi, Pimenteiras do Oeste, Corumbiara, Chupinguaia, Pimenta Bueno, Espigão do Oeste, Rolim de Moura, Santa Luzia do Oeste, Parecis, Alto Alegre dos Parecis, Alta Floresta do Oeste, Nova Brasilândia do Oeste, Primavera de Rondônia, Castanheiras, Novo Horizonte do Oeste e São Felipe do Oeste, totalizando em torno de 66.000 km<sup>2</sup> de área.

Dentre esta áreas, podem se destacar os Municípios de Pimenta Bueno e Espigão do Oeste por serem limítrofes às áreas indígenas da Reserva Roosevelt, já famosa pelos conflitos entre garimpeiros e indígenas e pela extração ilegal de diamantes.

Também merece destaque o Município de Corumbiara, onde fica localizada a Fazenda Santa Elina, local do trágico "MASSACRE DE CORUMBIARA".

Estas áreas foram inicialmente mencionadas por necessitarem de constante envio de policiais, ora para atender denúncias de conflitos armados ou mesmo para saná-los, assim como para reprimir a extração ilegal de diamantes. Esta é tão intensa que foi necessária a criação de uma base operacional na cidade de Pimenta Bueno com atuação exclusiva para atender os ilícitos referentes à Reserva Roosevelt e aos indígenas da Etnia Cinta Larga.

Ainda com referência aos aspectos geográficos atinentes a esta Delegacia, temos por dever mencionar a proximidade com o Estado do Mato Grosso (17 km), sendo que o primeiro município naquele Estado é o de Comodoro que dista desta sede em torno de 120 km. Como a Delegacia de Cáceres/MT, cuja circunscrição abrange aquele Município, dista em torno de 430 km, todas as situações emergenciais são atendidas por esta Delegacia e não por aquela.

Como exemplo podemos mencionar que no período pré-eleitoral, uma quadrilha especializada em assaltos a bancos, dominou aquele município, bem no momento em que havia uma carreata liderada pela Senadora Serys Slhessarenko, a qual, por pouco, não foi atingida no tiroteio.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

Como conseqüência, esta Delegacia concentrou grande parte de seu efetivo e equipamentos no auxílio à segurança da Senadora, assim como às investigações e à procura dos envolvidos, que perdurou por mais de 02 semanas.

Também aquele Município de Comodoro tem servido de rota para escoamento de drogas advindas da Bolívia, vez que os agentes criminosos se deslocam por vias sem pavimentação secundárias que ligam o Município de Pimenteiras/RO e adjacências diretamente àquele, sem que haja necessidade de passar pelas áreas urbanas de Cerejeiras, Colorado do Oeste e Vilhena, todos de Rondônia, onde logicamente ficariam mais expostos e suscetíveis de serem descobertos pelas instituições de segurança pública.

Esta Delegacia tem, ainda, em sua circunscrição o Parque Indígena Aripuanã e a Terra Indígena Roosevelt, das etnias Sabanê, Manduca, Idalamarê, Tawandê e Lacondê (56 indígenas), a Terra Indígena Tubarão Latundê, das etnias Aikanã, Sabanê, Latundê e Kwazá (195 silvícolas). Já o Município de Comodoro/MT possui as Terras Indígenas Nambikuara, Vale do Guaporé e Pirineus de Souza, com uma população total de 1314 indígenas.

Voltando agora mais especificamente às atividades operacionais desta Descentralizada podemos, inicialmente, citar as medidas implementadas durante o período pré-eleitoral do ano de 2008. Nos dois meses que antecederam o pleito foram intensificadas as atividades preventivas e repressivas aos delitos de cunho eleitoral, sendo que nas duas semanas imediatamente anteriores ao pleito, dividiu-se todo o efetivo disponível da Delegacia em 03 equipes, cada uma chefiada por um Delegado, com efetivo equivalente.

Cada equipe foi orientada para que naqueles dias em que estivesse escalada, estaria pronta para atender imediatamente qualquer denúncia versando sobre ilícitos eleitorais. Na semana anterior às eleições, estas equipes ficaram de sobreaviso 24 horas por dia e nos 02 dias que antecederam-nas ficaram realizando patrulhamento ostensivo do município durante as 24 horas do dia. O resultado foi tão positivo que, segundo moradores, em mais de 30 anos não viram uma eleição municipal transcorrer tão tranqüilamente como a de 2008. Foram realizadas algumas prisões em flagrante por crimes eleitorais e lavrados alguns Termos Circunstanciados de Ocorrência. Também foram cumpridos vários Mandados de Busca e Apreensão, alguns por representação das Autoridades Policiais com exercício nesta Delegacia, outros por requisição do Juízo Eleitoral desta Comarca. Também foram deslocadas equipes para os Municípios de Chupinguaia e para o de Colorado do Oeste.

Na área de repressão a delitos ambientais foram realizadas diversas incursões na Reserva Roosevelt, principalmente no entorno da BR 174, que liga este Município ao de Juína/MT, onde foram encontrados diversos pontos de desmatamento e extração de madeiras da essência itaúba. Com a modificação da competência para autorização de transportes de produtos florestais, que antes ficava a cargo do IBAMA e, agora, sob responsabilidade da SEDAM, diminuiu-se consideravelmente o número de ocorrências envolvendo transporte ilegal de madeiras, já que a atribuição para apurar a falsificação da autorização da SEDAM passou a ser da Polícia Estadual.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

Na área de Polícia Fazendária, que é a que concentra a maior quantidade de inquéritos desta Delegacia, os esforços se concentraram na célere instrução dos procedimentos, tanto do ponto de vista de sua condução, por parte das Autoridades Policiais, quanto dos Escrivães de Polícia Federal, quanto das diligências realizadas em campo pelos Agentes de Polícia Federal.

O efetivo desta Delegacia contou durante o ano de 2008 com no máximo 16 agentes, os quais tiveram que se desdobrar para desempenhar todas as atribuições inerentes ao seu cargo. Quatro agentes compõe o serviço de plantão, um agente é o responsável pelas atividades de Polícia de Imigração, quatro agentes trabalham nas atividades de inteligência policial, dois agentes compõe a Comissão de Vistoria de Segurança Privada, mais dois agentes a Comissão de Fiscalização de Produtos Químicos, dois agentes e um escrivão compuseram a 1ª Comissão de Disciplina desta Delegacia.

Aliado a estas missões, esta descentralizada ainda sempre cedeu um policial para a Operação Arco de Fogo e um para a Operação Roosevelt. Desta forma os Agentes de Polícia Federal que estavam disponíveis para as outras atividades desta Delegacia, tais como, entrega de intimações, atendimento a memorandos das Autoridades Policiais, se resumiam, quase que sempre a no máximo 02 ou 03 agentes.

Concomitantemente ainda foram cedidos policiais para diversas missões em outras Unidades da Federação, tais como Rio de Janeiro, Curitiba, Fortaleza, São Paulo.

Durante o ano a Delegacia perdeu do seu efetivo 02 EPF's, que participaram de curso de formação para Agente de Polícia Federal, e tomaram posse naquele cargo, o que acarretou uma sobrecarga nos trabalhos cartorários, já que passamos a contar em grande parte do ano, com apenas 02 EPF's, sendo que um deles se encontra em licença médica desde outubro de 2008.

Com relação aos trabalhos desempenhados pelas Autoridades Policiais, mesmo havendo uma sobrecarga de trabalho, em face de que apesar de estarem lotados atualmente 04 DPF's, somente 03 se encontram em efetivo exercício, pois, desde novembro de 2007 uma Autoridade Policial se encontra cedida para a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, os procedimentos inquisitivos foram instruídos com excelência.

Não ficaram as Autoridades Policiais restritas à instrução dos feitos sob a sua presidência, uma Autoridade Policial exerce a substituição eventual da Chefia, concomitantemente à Presidência da Comissão de Fiscalização de Produtos Químicos e à coordenação das atividades de inteligência policial. A outra Autoridade Policial preside a Comissão de Vistoria de Segurança Privada. Todas as Autoridades Policiais, inclusive a chefia, concorrem à escala de sobreaviso e são diuturnamente acionadas para sanar problemas de atribuição deste Departamento.

Com relação às instalações, mesmo sendo o prédio antigo. Datado do final da década de 70, as dependências se encontram em perfeito estado de conservação. Há compatível disponibilidade de equipamentos eletrônicos e de informática. A restrição somente há no que tange à disponibilidade de viaturas, vez que só contamos com 02 caminhonetes não caracterizadas para todos os trabalhos de atribuição desta Delegacia, que conta em sua área de abrangência com estradas não pavimentadas em sua maioria.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

2.4.1 Evolução de gastos gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	334.210,24	479.340,25	624.557,40
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	1.339.940,05	2.160.884,67	2.052.732,20
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	-	-	-
3.1. Publicidade	21.039,57	38.644,32	35.825,63
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	901.804,35	1.073.058,48	1.373.130,69
3.3. Tecnologia da informação	90.766,39	132.925,95	488.154,00
3.4. Outras Terceirizações	-	-	143.961,70
3.5. Suprimento de fundos	998.000,00	1.105.000,00	324.409,00
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	-	-	729.444,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.685.760,60</b>	<b>4.989.853,67</b>	<b>5.772.214,62</b>

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Obs.: **“NÃO HOUE OCORRENCIAS NO PERÍODO”**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

#### 4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no Siafi

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
<b>2006/200378</b>	100.476,26		1.066.221,19		-			
<b>2006/200379</b>	2.954.379,00		2.954.379,00		-			
<b>2007/200378</b>	-		-		336.857,58		1.657.513,61	
<b>2007/200379</b>	-		-		-		-	
<b>2008/200378</b>	1.083.831,15		1.083.567,02		264,13			264,13
<b>2008/200379</b>	7.390.235,65		7.302.866,18		87.369,47			87.369,47
<b>Total</b>	<b>11.528.922,06</b>		<b>12.407.033,39</b>		<b>424.491,18</b>		<b>1.657.513,61</b>	<b>87.633,60</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Tipo*	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
Termo Aditivo	0006/2003	08475.003814/2003-82, TA 04/2006, 01/01/2008 a 27/07/2008.	Realização de convênio com instituição de ensino ou agente de integração visando a realização de estágio e concessão de bolsa estágio a estudantes de nível superior, de ensino médio, de educação profissional ou de educação especial	02/01/2008	150.000,00	6.528,62		Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. CNPJ 61.600.839/0001-55	
Convênio	632279	08475.001654/2008-41, 01/2008,28/07/2008 a 31/12/2008	Realização de convênio com instituição de ensino ou agente de integração visando a realização de estágio e concessão de bolsa estágio a estudantes de nível superior, de ensino médio, de educação profissional ou de educação especial.	26/08/2008	22.008,00	9.185,87	-	Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. CNPJ 61.600.839/0001-55	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

**6. Previdência Complementar Patrocinada**

**“NÃO APLICÁVEL A NATUREZA JURÍDICA DA UJ”.**

**7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos**

**“NÃO HOUVE OCORRENCIAS NO PERÍODO”.**

**8. Renúncia Tributária**

**“NÃO APLICÁVEL A NATUREZA JURÍDICA DA UJ”.**

**9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia**

**“NÃO APLICÁVEL A NATUREZA JURÍDICA DA UJ”.**

**10. Operações de fundos**

**“NÃO APLICÁVEL A NATUREZA JURÍDICA DA UJ”.**

**11. Despesas com cartão de crédito corporativo**

	Fatura		Saque	
	Quantidade (1)	Valor em R\$	Quantidade	Valor em R\$
2006	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
2008	41	192.711,70	504	321.225,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

Limite de utilização Total da UG: <b>R\$ 513.936,70</b>	
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30/33.90.36/33.90.39 e 44.90.52	
Limites concedidos a cada portador: variáveis	
Portador	Limite
Ângelo Augusto Madalozzo de George	30.000,00
Antonio Carlos Moriel Sanchez	8.000,00
Celso Rogério Mochi	84.000,00
Francineide Torres Brasil	6.000,00
Gustavo Viana Gatto	18.105,00
Jordan Viana Gibran	32.000,00
Marcelo Nascimento Bessa	43.000,00
Noé Marinho Falcão Filho	22.500,00
Pedro Henrique dos Santos Maia	2.000,00
Rita de Cássia de Souza Fagundes	4.839,00
Robson Ribeiro Aleixo	212.000,00
Rodnei Alves Maia	32.000,00
Rodrigo de Souza Carvalho	110.000,00
Wilson Gonçalves Bezerra	109.000,00
Zamyrtton Guimarães da Rocha Junior	16.000,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

ITEM	DOCUMENTO	RECOMENDAÇÃO/ DETERMINAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS
	RELATÓRIO DE AUDITORIA			
1	Relatório de Auditoria Nº 208251, de 20/05/2008	<b>Item 5.2 REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS - RECOMENDAÇÃO: 001 -</b> Recomendamos que os contratos vigentes (vigilância, manutenção de veículos, limpeza e conservação das instalações prediais e outros) sejam acompanhados de maneira contínua e tempestiva com vistas a evitar desídia das empresas contratadas, permitindo a prevenção de possíveis impropriedades na sua execução.	Foram expedidas de acordo com a disponibilidade de servidores e considerado o objeto de cada contrato portarias de fiscalização para os contratos, nos termos da recomendação apresentada pela CGU e ainda, solicitada capacitação junto ao T & D.	Atualmente as portarias em sua imensa maioria são específicas por setor, lotação, capacitação do servidor, dentre outros.
2	Relatório de Auditoria Nº 208251, de 20/05/2008	<b>Item 5.2 REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS - RECOMENDAÇÃO: 002 -</b> Recomendamos que a Superintendência analise a conveniência de elaborar editais e contratos padrões para contratação de serviços atinentes às áreas meio e paradigmas de termos de referências com o objetivo de agilizar os processos licitatórios, com redução do lapso de tempo de análise por parte do Núcleo de Assessoramento Jurídico que se localiza em outra Região do Brasil.	Ao longo do exercício de 2008 procedemos ao acatamento das recomendações sugeridas pela CGU. Realizou-se pela Unidade Central, DLOG, o 1º Encontro de Chefes do Setor de Logística e Administração Policial do DPF em Brasília-DF. E ainda, após iniciativa desta Regional foi realizado o 1º Encontro de CPL's das Superintendências de Polícia Federal da região Norte visando a uniformização e otimização dos processos licitatórios, dentre outros..	Otimização dos processos licitatórios e redução da quantidade de licitações, bem como, com a utilização de editais-padrão, minoramos as possíveis falhas apontadas pelo Núcleo de Assessoramento Jurídico.





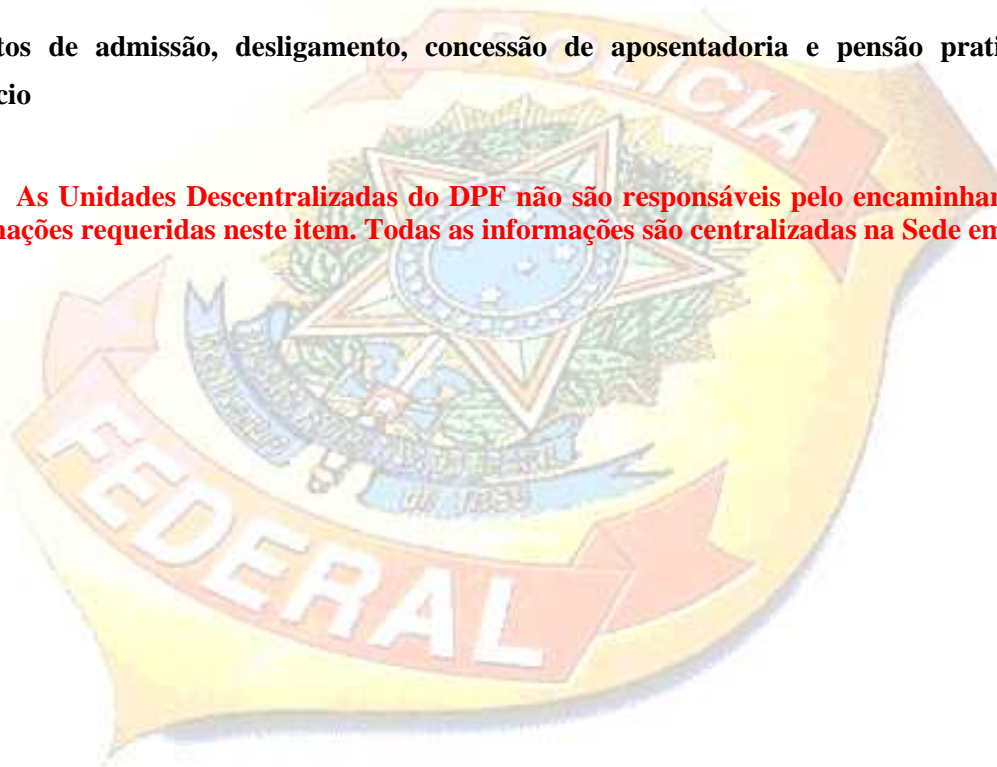
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

**13. Determinações e recomendações do TCU**

**“NÃO HOUVE OCORRENCIAS NO PERÍODO”.**

**14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício**

**As Unidades Descentralizadas do DPF não são responsáveis pelo encaminhamento das informações requeridas neste item. Todas as informações são centralizadas na Sede em Brasília.**





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Motivo da dispensa ou do arquivamento	Nº do processo (adm. ou TCE)	Responsável		Cargo ou função do responsável	Valor do débito atualizado até 31/12 (R\$)	Data da ocorrência	Ocorrência (irregularidades detectadas)	Principais medidas administrativas adotadas
		CPF / CNPJ	Nome					
Art. 5º, I e III da IN/TCU 56/2007	SINDICÂNCIA 002/2008 – SR/DPF/RO	212.823.398-42	ANDRÉ MOHRIAK DE AZEVEDO	APF	343,70 Conforme Correção pelo IPC-BRASIL	04/07/2007	Acidente de transito com a viatura L200, cor prata, placa NCU 4557, conduzida pelo APF MOHRIAK que se deslocava da DPF/GMI/RO para a SR/DPF/RO e que colidiu com o veículo PALIO, cor cinza, placa AKU 3922 conduzida pela pessoa de CARLOS ALBERTO DA ROCHA CAMPOS JÚNIOR no cruzamento das Avenidas Carlos Gomes com Presidente Dutra, quando o condutor DESTE se distraiu com um ciclista que acabara de passar não dando tempo de frear e que em virtude desta falta de atenção se comprometeu ao ressarcimento dos reparos.	Foi instaurado no âmbito desta SR/DPF/RO a Sindicância Investigativa em tela para apurar a responsabilidade material dos danos causada a viatura pertencente à Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim/RO quando trafegava no município de Porto Velho/RO, conduzida pelo APF MOHRIAK que colidiu com um veículo Pálio de propriedade do Sr. Sr. CARLOS ALBERTO DA ROCHA JÚNIOR, não restando comprovado a definição da culpabilidade dos condutores e por inexistirem elementos que indicassem transgressão a preceito disciplinar na conduta do APF MOHRIAK e por ter arcado com danos a viatura, foi a presente arquivada.
Art. 5º, III da	SINDICÂNCIA		MOACYR	APF	2.564,59	06/07/2007	Tinha-se o intuito de	Foi instaurado a Sindicância



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

IN/TCU 56/2007	– SR/DPF/RO	152.543.801-87	GUIMARAES COELHO		Conforme Correção pelo IPC- BRASIL		apurar a eventual responsabilidade e a viabilidade do reparo do dano na viatura L200, placa JUM 9899, em virtude de pane do veículo.	Investigativa no âmbito desta SR/DPF/RO, entendendo-se tratar de avaria natural ao desgaste do veículo, impossibilitando definir a responsabilidade pessoal pelo dano causado, foi a presente arquivada.
Art. 5º, III da IN/TCU 56/2007	SINDICÂNCIA 002/2008 – DPF/VLA/RO	281.334.390-00	VILSON CAPELETI BOFF	APF	9.197,82 Conforme Correção pelo IPC- BRASIL	16/12/2008	Acidente de trânsito envolvendo viatura L200, placas NDJ 3580 conduzida pelo APF CAPELETI que colidiu com a motocicleta YAMAHA – YBR 125 CC, placa NDB 4215 conduzida pelo indígena ANEMA IRUN CINTA LARGA, em frente a da entrada da Fazenda Pato Preto, zona rural do município de Pimenta Bueno/RO.	Foi instaurada no âmbito da DPF/VLA/RO a Sindicância em tela, restando evidenciada a impossibilidade de se alegar culpa dos motoristas deparando-se assim com a situação prevista na alínea “d” do item 11 da IN 183- SEDAP, concluindo que não há responsabilidade pessoal, assim conforme ao item 16 da referida IN, o prejuízo será imputado à União, arquivando-se a presente.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

**16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos**

16.1 SERVIDORES

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
<b>Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade</b>	254	*	258	*	<b>268</b>	*
<b>Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Total Pessoal Próprio</b>	257		258		<b>268</b>	

\*As informações acima são prestadas diretamente pelas DPAG/CRH/DGP/DPF, unidade Central que detém tais informações, sendo que já encaminhamos pedido àquela divisão solicitando-as, estamos aguardando retorno.

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
<b>Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo</b>	* Não houve ocorrências para os períodos					

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008
-----------	------	------	------



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
<b>Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)</b>	<b>* Não houve ocorrências para os períodos</b>					

**16.2 TERCEIRIZADOS**

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância /Limpeza	54	901.804,35	54	1.073.058,48	81	1.373.130,69
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	143.961,70
Pessoal Terceirizado Outras atividades	4	90.766,39	5	132.925,95	18	488.154,00
Estagiários	26	124.838,13	27	132.550,19	20	15.714,49
<b>Total Pessoal Terc + Estag</b>	<b>84</b>	<b>1.117.408,87</b>	<b>86</b>	<b>1.338.534,62</b>	<b>119</b>	<b>2.020.960,88</b>

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	-	-	-	-	1	65.496,26
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	<b>* Não houve ocorrências para os períodos</b>					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

<b>Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade</b>	-	-	-	-	<b>1</b>	<b>65.496,26</b>
---	---	---	---	---	----------	------------------

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2006</b>		<b>2007</b>		<b>2008</b>	
	<b>Qtde</b>	<b>Despesa</b>	<b>Qtde</b>	<b>Despesa</b>	<b>Qtde</b>	<b>Despesa</b>
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	—	—	<b>01</b>	<b>20.049,28</b>	<b>01</b>	<b>102.377,20</b>
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	—	—	<b>01</b>	<b>150.216,40</b>	<b>01</b>	<b>182.685,70</b>
<b>Total Pessoal cedido pela Unidade</b>	—	—	<b>02</b>	<b>170.265,60</b>	<b>02</b>	<b>285.062,90</b>

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2008</b>	
	<b>Qtde</b>	<b>Despesa</b>
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	*	*
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	*	*
<b>Total Geral</b>	*	*

\*As informações acima são prestadas diretamente pelas DPAG/CRH/DGP/DPF, unidade Central que detém tais informações, sendo que já encaminhamos pedido àquela divisão solicitando-as, estamos aguardando retorno.

Obs. Informações prestadas com base no mês de dezembro de 2008



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

## 17. Outras Informações

17.1 Lista dos contratos de terceirização (mão-de-obra, serviço de manutenção, segurança, etc.):

ITEM	PROCESSO	Nº DO CONTRATO	OBJETO	VLR DO CONTRATO R\$
1	08475.024477/2003-67	214/2004	Cargas e Encomendas	12.000,00
2	08475.004627/2005-88	002/2005	Publicação no D.O.U.	10.000,00
3	08475.006009/2005-72	007/2005	Serviços de Vigilância	798.096,00
4	08475.006008/2005-28	009/2005	Selos e Sedex	10.000,00
5	08475.005668/2005-91	013/2005	Mudanças	100.000,00
6	08475.005006/2005-11	014/2005	Telefonia via satélite	10.800,00
7	08475.05225/2005-09	015/2005	Manutenção dos aparelhos de ar-condicionado SR/DPF/RO	17.480,00
8	08475.05225/2005-09	016/2005	Manutenção dos aparelhos de ar-condicionado das Unidades Descentralizadas	19.050,00
9	08475.026057/2005-09	030/2005	Fornecimento de Energia Elétrica	250.000,00
10	08475.26060/2005-09	003/2006	Fornecimento de Água Potável	20.000,00
11	08475.006332/2006-27	008/2006	Manutenção dos veículos DPF Guajará-Mirim	35.000,00
12	08475.006360/2006-44	014/2006	Publicação Legal	10.000,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

13	08475.023148/2006-41	019/2006	Serviço de Telefonia Local e LDN	327.241,70
14	08475.006355/2006-31	027/2006	Manutenção dos veículos DPF Vilhena	35.000,00
15	08475.002708/2006-24	028/2006	Concessão de uso - ANSEF	4.797,00
16	08475.023148/2006-41	002/2007	Serviços de telefonia Local e LDI	98.203,75
17	08475.006359/2006-10	003/2007	Serviços de telefonia Móvel SR/RO	11.992,50
18	08475.022401/2006-40	004/2007	Serviço de telefonia Móvel Operação Roosevelt	30.000,00
19	08475.002530/2006-11	005/2007	Serviço de confecção de Chaves	18.085,98
20	08475.001228/2007-27	007/2007	Manutenção dos veículos FIAT	4.000,00
21	08475.001224/2007-49	008/2007	Manutenção dos veículos DPF Ji-Paraná	56.250,00
22	08475.001224/2007-49	009/2007	Manutenção dos veículos DPF Pimenta Bueno/RO	68.750,00
23	08475.001232/2007-95	011/2007	Manutenção preventiva e corretiva dos veículos da SR/DPF/RO	130.625,00
24	08475.001232/2007-95	012/2007	Manutenção preventiva e corretiva dos veículos da SR/DPF/RO	117.500,00
25	08475.001232/2007-95	013/2007	Manutenção preventiva e corretiva dos veículos da SR/DPF/RO	48.000,00
26	08475.010404/2006-31	014/2007	Locação de imóvel em Pimenta Bueno	24.000,00
27	08475.021388/2007-92	019/2007	Recepcionista	120.588,00





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

28	08475.018746/2007-80	020/2007	Administrador de Rede e Técnico de Suporte em informática	229.200,00
29	08475.018746/2007-80	021/2007	Digitadores	258.954,00
30	08475.021397/2007-83	022/2007	Combustíveis de Ji-Paraná	118.350,00
31	08475.026600/2005-46	023/2007	Construção do SETEC/SR/DPF/RO	587.904,86
32	08475.026205/2007-25	024/2007	Passagens aéreas e terrestres	500.000,00
33	08475.021410/2007-02	026/2007	Fornecimento de Combustíveis SR/DPF/RO	259.000,00
34	08475.026199/2007-14	027/2007	Fornecimento de Combustíveis Guajará-Mirim	150.850,00
35	08475.026197/2007-17	028/2007	Fornecimento de Combustíveis Pimenta Bueno	279.250,00
36	08475.026204/2007-81	029/2007	Fornecimento de Combustíveis de Vilhena/RO	171.620,00
37	08475.021388/2007-92	030/2007	Manutenção Predial	346.800,00
38	08475.001654/2008-41	TERMO DE CONVÊNIO 001/2008	Celebração de convênio, objetivando a realização de estágio	22.008,00
39	08475.021391/2007-14	002/2008	Serviço de limpeza e conservação	409.345,56
40	08475.009817/2007-53	003/2008	Prestação de manutenção preventiva e corretiva nos veículos da marca NISSAN	20.475,00
41	08475.026196/2007-72	004/2008	Fornecimento de Carimbos para atender as necessidades da SR/DPF/RO e Unidades Descentralizadas	9.660,00
42	08475.026198/2007-61	005/2008	Recarga de cartuchos	5.509,99



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

43	08475.02198/2007-61	006/2008	Remanufatura de Toner	16.279,00
44	08475.014490/2007-31	007/2008	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, das impressoras e copiadoras	26.211,94
45	08475.010734/2008-98	008/2008	Manutenção preventiva e corretiva do sistema de câmeras e gravação digital DVR	7.840,00
46	08475.018577/2008-69	009/2008	Manutenção de veículos MITSUBISHI durante o período da garantia	60.002,28
47	08475.018577/2008-69	010/2008	Manutenção de veículos MITSUBISHI durante o período da garantia - DPF/PBO/RO	58.802,94
48	08475.010916/2008-69	011/2008	Aquisição de combustível por meio de sistema integrado (Software) Ticket Combustível	747.158,92
49	08475.012750/2008-15	012/2008	Perfuração de três poços semi-artesianos, para atender as Bases Operacionais "Diamante" "Suçuarana" e "Jaguarica"	78.000,00
50	08475.018577/2008-69	013/2008	Manutenção de veículos MITSUBISHI durante o período da garantia - DPF/VLA/RO	13.067,32
51	08475.026195/2007-20	001/2008	Serv. De limpeza e conservação	28.300,69

**NEY FERREIRA DE SOUZA**  
**SUPERINTENDENTE REGIONAL**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M J - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL  
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL**

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 - relativos ao exercício financeiro de 2008 refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras 200378 e 200379 – Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal de Rondônia.

Este documento foi emitido em consonância com a mensagem SIAFI 2009/0179299 e as Decisões Normativas TCU nº 93/2008 e 94/2008.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;
- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;
- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI; e
- a Setorial de Contabilidade do Departamento de Polícia Federal, considerando o citado nos itens anteriores, registrou no SIAFI no encerramento do exercício de 2008 Conformidade Contábil com restrição da Unidade Gestora 200379 que é objeto de ressalva nesta declaração.

Brasília, 20 de março de 2009.

  
GLADSTON GUIMARÃES NAVES  
Contador – CRC/DF nº 012534/O-8